



# farnet

GUIA #16

## Reforçar a gestão dos recursos locais



**Colaboradores:**

Arthur Rigaud, Benoît Guerin, Gilles van de Walle, Thomas Binet.

**Fotografias:**

(8) Sergi Tudela, (9) Eddie Moore, (9) FARNET Support Unit, (14) Pontevedra FLAG, (20) Comité Départemental des Pêches Maritimes et des Élevages Marins du Finistère, (21) Télécapêche, (21) North Kurzeme FLAG, (32) Holderness FLAG.

**Produção:**

DevNet geie (AEIDL/Grupo Alba)/Kaligram.

**Contato:**

FARNET Support Unit

Rue de la Loi 38, boîte 2 | B-1040 Brussels

+32 2 613 26 50 | [info@farnet.eu](mailto:info@farnet.eu) | [www.farnet.eu](http://www.farnet.eu)

**Editor:**

Comissão Europeia, Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Director-Geral.

**Exoneração de responsabilidade:**

Embora a Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas seja responsável pela produção global desta publicação, não é, no entanto, responsável pela exactidão, conteúdo ou opiniões expressos nos seus artigos. A Comissão Europeia, salvo declaração em contrário, não adoptou nem aprovou de modo algum nenhuma opinião expressa nesta publicação e as declarações não devem ser consideradas como afirmações da Comissão nem opiniões da Direcção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas. A Comissão Europeia não garante a exactidão das informações incluídas nesta publicação, e declina, como também qualquer pessoa agindo em seu nome, toda a responsabilidade pelo uso que delas será feito.

ISBN 978-92-79-90710-4

doi:10.2771/323811

© União Europeia, 2018.

# Índice

Lista de acrónimos .....	3
Preâmbulo.....	4
<b>Ficha 1</b> Cogestão dos recursos à escala local .....	6
<b>Ficha 2</b> Gestão dos sítios Natura 2000 e das Áreas Marinhas Protegidas .....	11
<b>Ficha 3</b> Monitorização dos recursos locais e da atividade pesqueira.....	19
<b>Ficha 4</b> Certificação de pescarias sustentáveis .....	24
<b>Ficha 5</b> Melhoria das práticas e aplicação da obrigação de desembarque .....	31
Conceitos-chave e políticas que regem a gestão dos recursos locais .....	36

## Lista de acrónimos

AMP	Áreas Marinhas Protegidas	IFCA	Inshore Fisheries and Conservation Authorities (Autoridades de Gestão das Pescas e dos Recursos Costeiros)
BEE	Bom Estado Ecológico	INN	Pesca ilegal, Não declarada e Não regulamentada
CC	Conselhos Consultivos	ONGA	Organização Não Governamental de Proteção do Ambiente
CIEM	Conselho Internacional para o Estudo do Mar	PCP	Política Comum das Pescas
CCTEP	Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas	RMS	Rendimento Máximo Sustentável
DA	Diretiva Aves	TAC	Totais Admissíveis de Captura
DH	Diretiva Habitats	ZEC	Zona Especial de Conservação
DQEM	Diretiva-Quadro Estratégia Marinha	ZEP	Zonas Especial de Proteção
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas		
FEP	Fundo Europeu das Pescas (2007-2013)		
GAL-PESCA	Grupo de Ação Local Pesca e Aquicultura (FLAG em inglês)		

# Preâmbulo

A Política Comum das Pescas (PCP) foi concebida para assegurar a gestão das águas e das zonas de pesca da UE e representa, como tal, o principal corpo legislativo aplicável às zonas de pesca e de aquicultura.

Contudo, outras políticas europeias têm um impacto direto ou indireto nas atividades de pesca e de aquicultura. Tal é o caso, nomeadamente, das políticas marítimas e ambientais, definidas na Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), na Diretiva-Quadro da Água (DQA) e nas Diretivas Aves e *Habitats*.

A aplicação das diferentes diretivas em questão é da responsabilidade dos Estados-Membros da União Europeia. A respetiva aplicação ao nível local assume diferentes formas em função dos contextos institucionais nacionais ou regionais.

Os GAL-PESCA, na qualidade de organismos de desenvolvimento ativos nos territórios que dependem da pesca ou da aquicultura, estão particularmente bem posicionados para apoiar e promover o desenvolvimento de processos de gestão dos recursos locais mais inclusivos.

Importa, contudo, sublinhar que os próprios GAL-PESCA não se encontram mandatados para gerir os recursos pesqueiros. Não obstante, um processo de desenvolvimento só pode ser considerado sustentável se os recursos forem geridos de forma adequada. Deste modo, os GAL-PESCA devem ser envolvidos em todas as iniciativas que visem a gestão dos recursos ao nível local.

No quadro da preparação do seminário sobre «GAL-PESCA e a gestão dos recursos locais» que teve lugar de 13 a 15 de março de 2018 em Vigo (Espanha), a Unidade de Apoio FARNET solicitou aos representantes da rede dos GAL-PESCA informações sobre a importância da sua ação associada a esta problemática. Uma rápida análise dos resultados obtidos permite realçar o seguinte:

- ▶ A grande maioria dos GAL-PESCA (aproximadamente 70%) já apoiou projetos que promovem o desenvolvimento de atividades de pesca e de aquicultura mais sustentáveis. Esta temática de desenvolvimento é de facto transversal, englobando também subtemas com uma importância variável à escala dos territórios dos GAL-PESCA. Constata-se, nomeadamente, que o desenvolvimento de formas de cogestão à escala local é um tema prioritário para 70% dos GAL-PESCA, ainda que menos de um em cada dois GAL-PESCA afirme ter apoiado projetos relacionados com este tema.
- ▶ O mesmo se verifica relativamente aos temas da certificação ambiental e da monitorização das atividades de pesca, que são de especial interesse para os GAL-PESCA (cerca de 60 %), mas para os quais ainda existem poucos projetos apoiados à escala dos territórios (1 em cada 3 GAL-PESCA).
- ▶ Em relação às respostas dos GAL-PESCA ao questionário, optámos por abordar conjuntamente os temas associados à inovação em matéria de artes de pesca e à obrigação de desembarque. Embora importância dada a estas temáticas à escala individual dos GAL-PESCA pareça pouco significativa, existe um interesse para a sua abordagem concretamente neste guia. Embora estes temas sejam extremamente importantes para as comunidades piscatórias, os GAL-PESCA não têm demonstrado grande interesse na sua abordagem provavelmente por falta de conhecimento. A correta definição destes temas de um ponto de vista regulamentar e a descodificação do papel e das ações que podem ser levadas a cabo pelos GAL-PESCA é fundamental para que o setor entenda o que pode ser feito sobre esta matéria.
- ▶ Por fim, mais de 65% dos GAL-PESCA declararam a existência de uma Área Marinha Protegida (AMP) no seu território e 9 em cada 10 possuem um sítio Natura 2000. Embora a participação na implementação de uma AMP não pareça ser uma prioridade de ação para a maior parte dos GAL-PESCA, a prestação de assistência técnica e financeira para acompanhar a gestão da atividade pesqueira nestas áreas protegidas surge como uma necessidade para cerca de 50% deles.

Esta análise preliminar levanta várias questões relacionadas com a gestão dos recursos locais:

- De que forma podem os GAL-PESCA contribuir ativamente para a definição e para a implementação de uma abordagem participativa na gestão dos recursos locais e qual o papel que podem desempenhar neste processo?
- De que forma podem os GAL-PESCA apoiar o melhor possível uma melhoria do carácter sustentável das atividades locais e contribuir para a proteção do ambiente?
- De que forma se pode integrar o melhor possível as atividades de pesca e de aquicultura nas áreas protegidas? De que forma podem os GAL-PESCA contribuir para melhorar a aceitação social, bem como a participação das populações e do setor da pesca na sua adaptação?

Este guia procura apresentar uma resposta metodológica e prática para estas questões através de cinco fichas temáticas:

**Ficha 1** Cogestão dos recursos à escala local

---

**Ficha 2** Gestão dos sítios Natura 2000 e das Áreas Marinhas Protegidas

---

**Ficha 3** Monitorização dos recursos locais e da atividade pesqueira

---

**Ficha 4** Certificação de pescarias sustentáveis

---

**Ficha 5** Melhoria das práticas e aplicação da obrigação de desembarque

---

Os leitores podem consultar as fichas temáticas mais pertinentes em função da situação no seu território. Em cada uma das fichas, são apresentados uma série de exemplos, que vão desde a descrição de iniciativas e atividades levadas a cabo pelos GAL-PESCA a referências para outras fontes de informação.

Como complemento das cinco fichas referidas, apresentamos na segunda parte os principais elementos regulamentares e conceitos associados à gestão dos recursos, a fim de servir de referência para o leitor. Além disso, o leitor é regularmente remetido para estes aquando da introdução de um conceito ou elemento jurídico nas fichas temáticas.

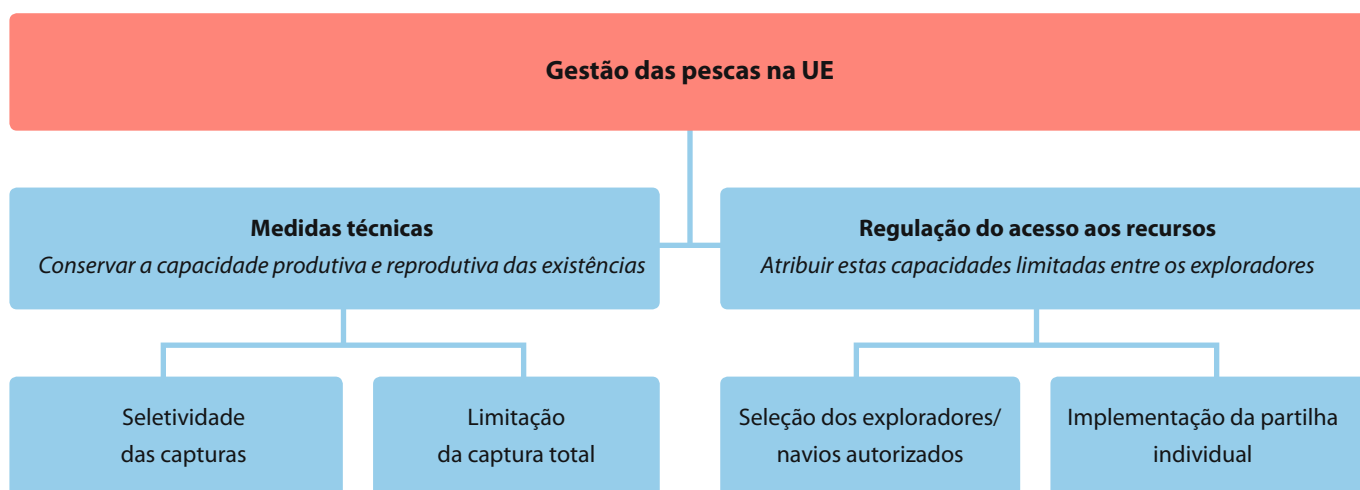


# Ficha 1

## Cogestão dos recursos à escala local

### 1.1 Do que estamos a falar?

A cogestão das pescas é um modelo de gestão que associa utilizadores e autoridades na regulação das pescarias. Os utilizadores tornam-se assim cogestores dos recursos (e das atividades associadas) da mesma forma que os gestores «tradicionais» (autoridades, parques nacionais, etc.). Na prática, ainda existem vários modelos de cogestão que variam consoante o grau de poder de decisão realmente partilhado com os utilizadores.



**Figura 1:** As duas grandes componentes da gestão das pescas (segundo Boncoeur, 2006)

A cogestão assenta em três pilares: acordos institucionais para a participação efetiva dos utilizadores, a tomada em consideração de diversas formas de conhecimento e uma reforma da organização institucional existente.

O papel da ciência é fundamental neste processo, uma vez que a gestão da atividade de pesca depende fortemente do conhecimento científico. Deste modo, as capturas e os modos de exploração são, em larga medida, condicionados pelos pareceres científicos.

A cogestão das pescas assume um papel no debate internacional sobre a exploração dos recursos naturais renováveis e, em termos mais gerais, sobre a utilização dos bens comuns. Apresenta várias vantagens concretas comprovadas por diversas publicações científicas:

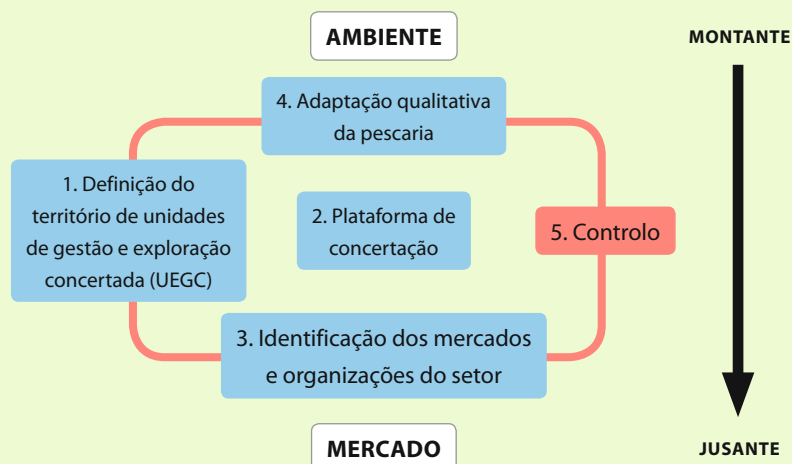
- Permite adaptar a gestão ao contexto local, às realidades e às práticas no terreno/**CONTEXTO**;
- Simplifica e encurta o processo de tomada de decisão/**EFICÁCIA**;
- Inclui o saber local/**CREDIBILIDADE**;
- Reforça o cumprimento das regras/**LEGITIMIDADE**;
- Reforça a legitimidade das regras estabelecidas através de um processo que inclui os utilizadores/**RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**.



## Diferentes etapas da implementação da cogestão das pescas<sup>1</sup>

### 1. Definir o território de cogestão

O território deve, na medida do possível, abranger uma zona de pesca coerente. A noção de pescaria permite, por isso, definir espaços homogéneos. A pescaria é entendida como «uma entidade de gestão de uma capacidade de pesca circunscrita a uma determinada zona geográfica, onde operam diferentes *métiers*. Estes *métiers* capturam espécies que ocupam *habitats* de características semelhantes<sup>2</sup>», sendo um *métier* de pesca definido como a combinação de uma arte, espécies-alvo e zona de pesca.



### 2. Implementar a plataforma de cogestão

- ▶ Construir um quadro de concertação que aproximará as partes a montante e a jusante do setor.
- ▶ Criar um órgão de gestão, mediado por um coordenador/facilitador que assegure a circulação da informação e a visão de todos os intervenientes.
- ▶ Estabelecer um diagnóstico partilhado sobre o estado da pescaria (económico, social e ambiental). Este ponto inicial de referência deve ser reconhecido por todas as partes.
- ▶ Acordar um roteiro que especifique os objetivos a 10 anos para o exercício de uma pesca sustentável.
- ▶ Definir indicadores de progresso que permitam avaliar a eficácia das medidas de gestão implementadas para alcançar os objetivos fixados.

### 3. Identificar os mercados com elevado valor acrescentado e organizar o setor em conformidade

O objetivo consiste em ajustar as capturas à capacidade produtiva dos recursos e adotar os métodos de pesca (tipo e dimensão da embarcação, arte de pesca, etc.) de modo a extrair o máximo valor económico e social da capacidade produtiva local e dos recursos marinhos.

### 4. Adaptar a atividade de pesca

É necessário fixar um nível máximo de captura em função da produtividade biológica das zonas de pesca, a qual depende da boa saúde dos ecossistemas. Esta captura é, de seguida, partilhada entre os diferentes utilizadores (Figura 1). Os pescadores podem fazer valer o seu conhecimento para definir os tipos de arte e pesca a serem autorizadas e identificar medidas de gestão pertinentes (por exemplo, períodos de defeso).

### 5. Assegurar um controlo rigoroso das regras estabelecidas

Implementar um controlo rigoroso ao longo de todo o setor, por forma a impedir que a fraude e comportamentos irresponsáveis coloquem em causa os esforços envidados pela maioria.

1 Para uma pesca sustentável na França e na Europa, proposta do Fundo Mundial para a Natureza (*World Wide Fund, WWF*), 2007.

2 «*L'approche par pêcherie*» (A abordagem por pescaria): definição do IFREMER (Instituto Francês de Investigação para a Exploração do Mar), janeiro de 2008.

## 1.2 O papel dos GAL-PESCA: opções possíveis

Os GAL-PESCA podem desempenhar um papel decisivo na implementação da cogestão de pescarias a nível local, como por exemplo:

- Reforçar a participação dos utilizadores (através de formação, participação em reuniões, etc.);
- Atuar como um organismo unificador das diferentes partes envolvidas (definido na literatura científica como «organização central», Berkes F, 2009) e como facilitador (considerando todas as visões existentes);
- Contribuir para a descentralização da gestão da pesca através da implementação ou do reforço das organizações de gestão da pesca costeira;
- Contribuir para estudos científicos que envolvam a participação dos utilizadores (cf. «investigação cooperativa»);
- Apoiar a implementação de procedimentos de autocontrolo (possibilidade para os utilizadores participarem na vigilância das suas zonas de pesca), a fim de garantir o cumprimento da regulamentação.

Abaixo apresentam-se três exemplos de projetos apoiados pelos GAL-PESCA que ilustram perfeitamente a importância de implementar a cogestão na pesca bem como o seu impacto positivo. Apoiando-se nas interações estruturantes entre pescadores, gestores, cientistas e ativistas ambientais (para citar apenas estes), os GAL-PESCA ocupam um lugar estratégico para contribuir para o desenvolvimento da cogestão à escala local.



**Sergi Tudela, Diretor-Geral, Direção-Geral das Pescas e dos Assuntos Marítimos da Comunidade Autónoma da Catalunha (Espanha)**

*Os mecanismos recentes de cogestão das pescarias têm sido testados na Catalunha desde 2012, com excelentes resultados. Consequentemente, a Direção-Geral das Pescas e dos Assuntos Marítimos decidiu integrar a cogestão na sua legislação em matéria de pescas, para que esta seja aplicada em todos os planos de gestão da sua competência. Os pescadores, gestores, cientistas e ativistas ambientais são incluídos em comités de cogestão específicos, estando todos em pé de igualdade no momento da tomada de decisão.*



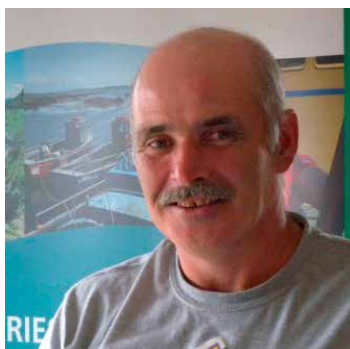
*A descentralização da gestão para comités locais constituídos por vários agentes torna a gestão muito mais próxima da zona de ação e das comunidades litorais, o que reforça a responsabilidade e o cumprimento das regras e permite igualmente encontrar soluções aceitáveis de um ponto de vista ambiental e que sejam economicamente viáveis. Com base na nossa experiência, pensamos que os modelos de governação assentes na cogestão se adaptam bem aos tipos de pescarias costeiras mediterrânicas, que vão de pequenas embarcações que capturam a galeota com arte de cerco (preço de primeira venda multiplicado por 30 em cinco anos) à frota de arrasto (tendo sido criadas pelos próprios pescadores zonas interditas à pesca ao longo da costa de Girona). Esta abordagem também suporta iniciativas de desenvolvimento local levadas a cabo nos territórios que dependem da pesca.*

*De facto, os dois GAL-PESCA que abrangem grande parte do território de pesca da Catalunha (Mar do Ebro e a Costa Brava no norte) são ambos presididos pelos representantes dos pescadores dos territórios em causa [federações de prud'homies («cofradias» em espanhol)] e aproveitam frequentemente os resultados das iniciativas de cogestão locais. A administração da Catalunha prevê igualmente alargar este modelo de cogestão a outras áreas em particular a zonas sensíveis (por exemplo, nas Ilhas Formigas e na Costa Brava) e também para a política marítima ao nível da comunidade da Catalunha (tendo recentemente criado o Conselho Catalão para a Cogestão Marítima).*





**Eddie Moore, pescador costeiro, presidente do fórum regional das pescas do Sudoeste e vice-presidente do fórum nacional das pescarias costeiras (Irlanda)**



Os pescadores tentaram, durante anos, organizar-se a fim de dar voz ao setor da pesca costeira na Irlanda, mas foi-lhes impossível unirem-se enquanto grupo. Penso que a criação de fóruns nacionais para as pescarias costeiras conseguiu isso. Embora não sejam perfeitos, creio que esse dia chegará. Enquanto pescador há quase 40 anos, participar nestes fóruns permitiu-me perceber que os pescadores não são as únicas partes interessadas que se encontram frustradas com a falta de organização do setor pesqueiro.

Como é que os problemas podem ser resolvidos se não existe lugar para a comunicação entre os gestores e o setor pesqueiro? O futuro dos fóruns da pesca costeira está na mão dos pescadores. O Departamento da Agricultura, da Pesca e da Alimentação e a BIM (Bord Iascaigh Mhara ou Agência Irlandesa de Apoio ao Setor da Pesca), com o apoio do FEAMP e dos GAL-PESCA, deram-nos uma voz<sup>3</sup>. Gostaria de ver mais pescadores (homens e mulheres) nos fóruns. Existe muito trabalho a ser feito e poucas pessoas para o fazer. Devemos preservar o dinamismo e o trabalho já realizado. A gestão da pesca costeira deve ser efetuada a nível local, já que um plano de gestão único não se ajusta a todos. Atendendo às várias mudanças que temos de enfrentar, seria um desastre para o setor pesqueiro não falar a uma só voz através destes fóruns.



**Tereza Cruz, cientista, MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, Laboratório do Mar, Universidade de Évora, Sines (Portugal)**

O projeto «**Al Percebe**» (o percebe) é um projeto conjunto da Universidade de Évora, do **GAL-PESCA Litoral Alentejano**, de uma associação local de pescadores de terra («Associação de Mariscadores da Terra do Vasco da Gama») e de uma associação regional de pescadores («Associação de Armadores da Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina»). Este projeto teve início em janeiro de 2018 e durará até dezembro de 2020. É cofinanciado pelo MAR2020.

O objetivo principal do presente projeto consiste em avaliar e melhorar o estado do recurso de percebes (*Pollicipes pollicipes*) no Cabo de Sines e em alterar a sua gestão na zona através da transferência de conhecimentos entre cientistas e pescadores. Serão desenvolvidas seis atividades: 1) Definir e implementar um sistema experimental de cogestão da pescaria no Cabo de Sines; 2) Monitorizar o estado do recurso e da pescaria; 3) Recuperar zonas exploradas; 4) Comercializar a espécie no Alentejo; 5) Aumentar a capacidade científica e reforçar as associações de pescadores, a fim de melhorar a sua participação na gestão; 6) Divulgar boas práticas de cogestão e dos resultados do projeto.

3 Os GAL-PESCA acompanharam a implementação do fórum nacional das pescarias costeiras.

## 1.3 Fatores-chave de sucesso e potenciais obstáculos

---

- › Associar todos os membros do GAL-PESCA numa visão comum do seu território marinho (ir além da lógica de «balcão», abordagem global);
- › Fazer reconhecer os conhecimentos empíricos dos pescadores no quadro de um dispositivo de gestão local;
- › Participar no desenvolvimento local sustentável;
- › Implementar um sistema de governação flexível e evolutivo num contexto em permanente evolução;
- › Limitar as práticas ilegais através de uma plena integração dos utilizadores que se tornam solidários e responsáveis pelo sucesso da gestão local.

## 1.4 Informação complementar

---

- › [Co-managing the Coastal Zone: Is the Task too Complex? Jentoft, S. \(2000b\). \*Ocean and Coastal Management\*, 43, 527–535.](#)
- › [Decentralising: The implementation of regionalisation and co-management under the post-2013 Common Fisheries Policy \(S.Q. Eliassen, T. J. Hegland, J. Raakjær, 2015\).](#)
- › [Co-management in fisheries – Experiences and changing approaches in Europe \(S. Linke and K. Bruckmeier, 2015\).](#)
- › Evolution of co-management: role of knowledge generation, bridging organizations and social learning. (Berkes, F. 2009) *Journal of Environmental Management* 90(5): 1692-1702.
- › Managing Small-scale fisheries. Alternative Directions and Methods. (Berkes F. & al. 2001). International Development Research Centre. ISBN 0-88936-943-7.
- › Fishery Co-Management. A Practical Handbook. (Pomeroy R. S. & Rivera-Guieb R. 2006). International Development Research Centre. ISBN 1-55250-184-1.



## Ficha 2

# Gestão dos sítios Natura 2000 e das Áreas Marinhas Protegidas

## 2.1 Do que estamos a falar?

As Áreas Marinhas Protegidas (AMP) europeias apresentam uma grande diversidade de formas e abrangem objetivos diferentes. Estas zonas de proteção beneficiaram ao longo das últimas décadas de um esforço real dos Estados-Membros para o seu desenvolvimento. Aproveitando esta dinâmica, e no quadro das Diretivas Aves e *Habitats*<sup>4</sup>, a rede europeia Natura 2000 foi alargada até cobrir 18% do território terrestre e 6% do território marinho da União Europeia (UE). As duas Diretivas Natura 2000 visam recuperar ou manter um estado de conservação favorável. Este objetivo é semelhante ao objetivo da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM) que visa obter ou manter um bom estado ambiental no meio marinho ([ver seção «Conceitos principais» no final deste guia](#)).

Ao longo deste percurso com vista ao objetivo estabelecido, constataram-se lacunas na eficácia da implementação das AMP europeias e, nomeadamente, dos sítios marinhos Natura 2000. A incapacidade de lidar com alterações ambientais fora dos limites de cada sítio, a falta de dados fiáveis ou ainda o impacto reduzido nas alterações de práticas, são alguns dos pontos fracos da rede. Acresce, ainda, um peso administrativo elevado e problemas de gestão. A política da Natura 2000 é ainda considerada como sendo muito técnica e é também pouco conhecida do grande público<sup>5</sup>.

Com vista a fazer frente a estes problemas, devem ser realizadas várias melhorias qualitativas, relacionadas, nomeadamente com os quadros jurídicos, a governação, mas também com a aplicação de meios humanos e de gestão adequados. Ao nível das AMP e dos sítios Natura 2000, os GAL-PESCA podem ter um papel determinante pois assentam a sua atuação no conhecimento local e no envolvimento dos agentes de cada território em causa.

## 2.2 O papel dos GAL-PESCA: opções possíveis

As AMP possuem o seu próprio plano de gestão, enquanto os sítios Natura 2000 são geridos com base em metas documentadas. Este sistema, frequentemente descreditado, é visto como estando desligado da realidade no terreno e dos agentes que vivem e trabalham no mesmo, o que se traduz numa falta de eficácia e de resultados das AMP em questão<sup>6</sup>. Os GAL-PESCA distinguem-se deste modo de gestão, já que intervêm em vários dos domínios de gestão de uma AMP, estando, por isso, bem posicionados para propor soluções inovadoras aos gestores e às partes interessadas, contribuindo assim para a concretização dos objetivos fixados. Desempenham, por conseguinte, um papel vital na apropriação por parte dos agentes do seu território ou da AMP na qual trabalham.

4 A Diretiva Aves (2009/147/CE), de 30 de novembro de 2009, visa a conservação de todas as espécies de aves selvagens e define as regras que enquadram a sua proteção, a sua gestão e o seu controlo. Aplica-se às aves, aos seus ovos, aos seus ninhos e aos seus *habitats*. A Diretiva *Habitats* (92/43/CEE), de 21 de maio de 1992, visa a preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens.

5 Rouveyrol, P., 2016. Evaluer l'efficacité de la mise en œuvre des directives Nature en France : synthèse bibliographique et perspectives de travail – MNHN-SPN. 52 p.

6 Chaboud C., Galletti F., 2007. Les aires marines protégées, catégorie particulière pour le droit et l'économie ? Monde en développement n°138, p27-42.

## a. Contribuição para a gestão e conceção de uma AMP

Em virtude do seu papel unificador, os GAL-PESCA podem ajudar a garantir que um projeto seja um esforço de equipa onde se encontram envolvidas todas as partes interessadas relevantes. Eles facilitam a realização/implementação de um fórum para os profissionais apresentarem as suas expectativas e partilharem os seus pontos de vista sobre como uma AMP deve ser gerida. As partes interessadas desenham uma série de cenários, tanto para si próprios como para a área em questão, antes de aprovar coletivamente a melhor opção.

Um bom exemplo desta metodologia de atuação foi o da criação de uma reserva integral na costa mediterrânica ao largo de Agde, em que os pescadores foram totalmente envolvidos no processo (GAL-PESCA, Baía de Thau e respetiva orla costeira de Frontignan a Agde, Occitânia, França).

Este é um excelente exemplo de um processo em que um GAL-PESCA esteve diretamente envolvido na gestão tipo “baixo-cima”, tendo ajudado a promover o debate de questões relacionadas com a conservação, através do envolvimento das partes interessadas locais e da criação de um fórum onde pessoas e organizações reúnem e discutem. Os GAL-PESCA providenciam uma oportunidade única para os membros locais fazerem ouvir a sua voz e implementarem modelos eficazes de cogestão numa AMP (ver Ficha 1).

Dois outros exemplos de projetos, desenvolvidos também em França, ilustram perfeitamente como os GAL-PESCAS podem contribuir para a implementação de AMP:

- O **GAL-PESCA Marenes Oléron** (Nova Aquitânia) apoiou o recrutamento de um coordenador de missão para assegurar o envolvimento dos pescadores na criação do Parque Natural Marinho do Estuário da Gironda e de Pertuis Charentais.
- No quadro do recente alargamento da zona especial de conservação (ZEC) Natura 2000 de Belle-Ile en Mer, a comunidade dos municípios da ilha solicitou o apoio do **GAL-PESCA Pays d’Auray** (Bretanha) a fim de assegurar o envolvimento dos pescadores nos novos planos de gestão, de modo a assegurar que os objetivos de conservação estipulados para a zona sejam atingidos. O financiamento por parte daquele GAL-PESCA permitiu recrutar um agente, encarregado de consultar os pescadores e seus representantes locais com vista a melhorar o controlo das atividades de pesca na ZEC, bem como apoiar o desenvolvimento de atividades relacionadas com a pesca, como a introdução da pesca-turismo.

De um modo geral, estes dois projetos contribuíram para criar uma nova dinâmica entre os gestores do ambiente e os pescadores.



### Conselhos especializados

- Identificar e envolver desde o início as partes interessadas relevantes na preparação e no desenvolvimento do processo de criação;
- Ter o processo gerido localmente, a fim de se adaptar o melhor possível às especificidades locais, e implementar uma rede de coordenadores e especialistas;
- Gerir interações entre o meio marinho e terrestre através de uma coordenação efetiva.



### Ferramentas

- Plataformas de intercâmbio interativas.
- **Reserva TURF**<sup>1</sup>: uma área especial onde um grupo de pescadores tem acesso exclusivo e é responsável por trabalhar em conjunto para gerir recursos locais e para combater o impacto da sobrepesca na pequena pesca costeira.
- Ferramentas de cogestão (Ver **Ficha 1**).

7 Christy, F.T.Jr., Territorial use rights in marine fisheries: definitions and conditions. 1982. FAO Fish.Tech.Pap., (227): 10 p.

## b. Redução do esforço de pesca na AMP

Os GAL-PESCA podem desempenhar um papel importante na apresentação de propostas aos pescadores direcionadas à redução do esforço de pesca numa AMP recentemente criada. Aquando da implementação de uma zona de proteção integral, os pescadores podem então continuar a trabalhar, transferindo o seu esforço de pesca para uma nova zona, para novas espécies alvo e concentrando a sua atividade num determinado período.

Tal é realizado atualmente pelo **GAL-PESCA Litoral Cadiz Estrecho** (Andaluzia, Espanha). Os pescadores desta zona têm um papel muito ativo na preservação dos recursos e colaboram desde há muito com o GAL-PESCA na redução do esforço de pesca com o objetivo de favorecerem a recuperação dos recursos. Neste sentido, foram estabelecidos períodos de interdição de pesca, impostos tamanhos mínimos de captura, etc. Embora ainda não existe nenhuma AMP neste território, encontra-se em fase de projeto a sua criação, por iniciativa do GAL-PESCA, com o objetivo de gerir melhor os recursos e reduzir o esforço de pesca.



### Conselhos especializados

- Manter uma visão comum da situação e dos objetivos, através da realização de diagnósticos participativos;
- Promover práticas de pesca mais sustentáveis e desenvolver projetos inovadores promovidos por pescadores profissionais (tais como a iniciativa “**sentinelas do mar**”) e contagem de espécies protegidas ou vulneráveis.



### Ferramentas

- **Reserva TURF**: Reserva de TURF: uma área especial onde um grupo de pescadores tem acesso exclusivo e é responsável por trabalhar em conjunto na gestão dos recursos locais e para combater o impacto da sobrepesca na pequena pesca costeira.
- Quadro para a Avaliação Integrada dos Recursos e Habitats (**FISHE**): um processo passo-a-passo que pretende fornecer orientação científica para a gestão de pescarias com limitação dados.
- Melhoria das práticas de pesca (**ver Ficha 5**).

## c. Diversificação das atividades de pesca e participação no desenvolvimento local

Uma das principais missões dos GAL-PESCA é a promoção dos produtos e dos homens, vetores de valor acrescentado local. Um peixe capturado numa AMP constitui, em si, um valor acrescentado. Representa a imagem de marca da AMP, enquanto ferramenta de marketing, mas também e sobretudo, enquanto vetor de uma pesca sustentável. Deste modo, os GAL-PESCA desempenham um papel fundamental na inserção da pesca profissional na comunidade local, melhorando os hábitos locais de consumo de produtos do mar, promovendo a produção local e reforçando as condições locais de emprego, especialmente para os jovens.



### Conselhos especializados

- Tomar em consideração as diferentes escalas territoriais para dar respostas concretas às necessidades económicas dos diferentes setores;
- Informar sobre a criação de empregos no setor local, bem como sustentar e promover iniciativas existentes;
- Especificar claramente as possibilidades de financiamentos dos GAL-PESCA nas zonas Natura 2000 e outras AMP;
- Aproveitar a experiência da rede dos GAL-PESCA (FARNET) no apoio às **atividades de diversificação**.

## d. Monitorização dos recursos pesqueiros e gestão das atividades de pesca

A monitorização dos recursos marinhos é uma atividade essencial nas AMP. Os GAL-PESCA podem desempenhar o seu papel neste processo por forma a assegurar que a monitorização é devidamente realizada na AMP. O Parque Natural Marinho de Iroise (Bretanha, França) propõe, por exemplo, um indicador anual que compara sob a forma de código de cores, por grupo de espécies ou de *habitat*, os resultados obtidos com os objetivos fixados no plano de gestão<sup>8</sup>. Os GAL-PESCA podem contribuir para a criação deste género de ferramentas de acompanhamento. Estes indicadores podem, nomeadamente, ser incorporados em painéis de avaliação que mostrem a evolução do estado de conservação ao longo do tempo, a fim de orientar e melhorar a política de gestão da AMP.



O projeto **GOBPESC**, desenvolvido por cinco *prud'homies* (*cofradias*) da Galiza (Espanha), recebeu o apoio de três GAL-PESCA (**Ria de Arousa**, **Ria de Pontevedra** e **Ria de Vigo-A Guarda**) para melhorar a governação da gestão da pesca artesanal no Parque Nacional das Ilhas Atlânticas da Galiza. Um dos principais objetivos do projeto consistiu, em envolver ativamente os pescadores na gestão das águas do Parque, através da sua participação na monitorização dos recursos e da atividade pesqueira. Este projeto permitiu compilar e analisar informação biológica e socioeconómica relacionada com a atividade pesqueira, o que contribuiu diretamente para a elaboração de propostas de gestão (por exemplo, implementação de sistemas de vigilância eficazes acordados com os pescadores).

### Conselhos especializados

- Garantir que os recursos são monitorizados de forma adequada, regular e rigorosa;
- Analisar os resultados obtidos para avaliar a eficácia das medidas de gestão e introduzir ajustes, se necessário;
- Tomar devidamente em consideração os avanços científicos no programa de ações;
- Propor ferramentas metodológicas comuns, como, por exemplo, ferramentas de avaliação;
- Apoiar projetos nas zonas de conservação marinhas e outras AMP.

### Ferramentas

- Quadro **FISHE**.
- Quadros de avaliação com indicadores.
- Monitorização e vigilância participativa (**Ver Ficha 3**).

## e. Proteção dos ecossistemas

A fim de ser o mais eficaz possível, a preparação das medidas de proteção dos meios deve ser efetuada de acordo com um planeamento minucioso, elaborando um programa detalhado de implementação, bem como especificações técnicas adaptadas. Os GALPA podem contribuir para o estabelecimento de objetivos de conservação que devem ser específicos para cada sítio protegido. De facto, cada AMP apresenta as suas próprias condições ambientais e socioeconómicas, mesmo se várias de entre elas albergarem as mesmas espécies e/ou *habitats*.

8 Parque Natural Marinho de Iroise, 2017.

A proteção dos ecossistemas pode também ser efetuada graças à implementação de uma vigilância participativa na zona protegida, onde os pescadores se tornam verdadeiros agentes de controlo [pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), por exemplo]. Os GAL-PESCA podem também ajudar as populações a conceber e implementar sistemas eficazes de proteção de *habitats* de interesse local, juntamente com formas de trabalhar com os pescadores na vigilância e controlo.

Tal é o caso do **GAL-PESCA Slowinska** (região de Pomorskie) na Polónia, que apoiou um **projeto de criação de lagos** que permite assegurar o crescimento e a reprodução de determinadas espécies aquáticas numa zona Natura 2000. Este projeto contribuiu diretamente para o aumento do número de zonas de desova de salmão do Atlântico, de alevins de salmão e de outras espécies protegidas de peixes no curso de água de Żelkowa Woda. Além do apoio financeiro, o GAL-PESCA ajudou o beneficiário a superar alguns dos obstáculos burocráticos ligados à implementação do projeto.



### Conselhos especializados

- Estabelecer os objetivos de conservação sítio a sítio, em concertação com os agentes locais;
- Garantir a eficácia, o nível de exigência e de ambição, mas também a aplicabilidade dos planos de gestão;
- Ajudar a melhorar a compreensão de como as atividades humanas têm um impacto no ambiente e afetam o estado do meio marinho, em resposta aos objetivos da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM).



### Ferramentas

- Ferramentas regulamentares: DQEM e bom estado ambiental ([ver seção «Conceitos principais» no final deste Guia](#)).
- Quadros de avaliação com indicadores.
- Vigilância e controlo participativo ([ver Ficha 3](#)).

## f. Criação de ferramentas para o diálogo, a educação e a sensibilização

A melhor maneira de enfrentar um desafio ou resolver um problema numa MPA é agregar conhecimentos e competências. Por exemplo, a criação de uma plataforma de intercâmbio entre os diferentes agentes face a um desafio constitui uma ferramenta de diálogo que permite o envolvimento de todos na busca de uma solução comum.

Na reserva da foz do rio Guadalquivir (contíguo ao Parque Nacional de Doñana), o **GAL-PESCA Noroeste de Cadiz** (Andaluzia, Espanha) ajudou a constituir um grupo de trabalho a fim de criar uma **estrutura de diálogo** permanente e interativa entre pescadores, cientistas, administrações e ONG. Todas as partes interessadas participam de reuniões trimestrais na sede da GAL-PESCA onde os participantes discutem como monitorizar a reserva de pesca da foz do Guadalquivir. Graças a este projeto, a gestão das atividades de pesca na reserva é mais dinâmica e adaptada à realidade em constante mutação neste ecossistema único. O espaço de diálogo materializado por este grupo de trabalho catalisa o intercâmbio de conhecimentos entre o setor da pesca e o da ciência e enriquece a inteligência coletiva para uma governação racional das atividades pesqueiras nesta zona protegida.

Tanto nos sítios da Natura 2000 como nas AMP, as medidas de conservação tendem a ser mais eficazes se forem acompanhadas de uma comunicação apropriada e se as partes interessadas, e as pessoas locais em geral, estiverem conscientes da sua importância. Como tal, um dos principais fatores de sucesso é garantir que os utilizadores locais compreendam verdadeiramente os problemas em questão. Os GAL-PESCA podem ser importantes instrumentos na sensibilização dos pescadores e de outros utilizadores locais, por exemplo organizando *workshops* e painéis de discussão. Esta sensibilização levada a cabo pelos GAL-PESCA poderá ainda ajudar a demonstrar os benefícios e as vantagens das áreas protegidas.



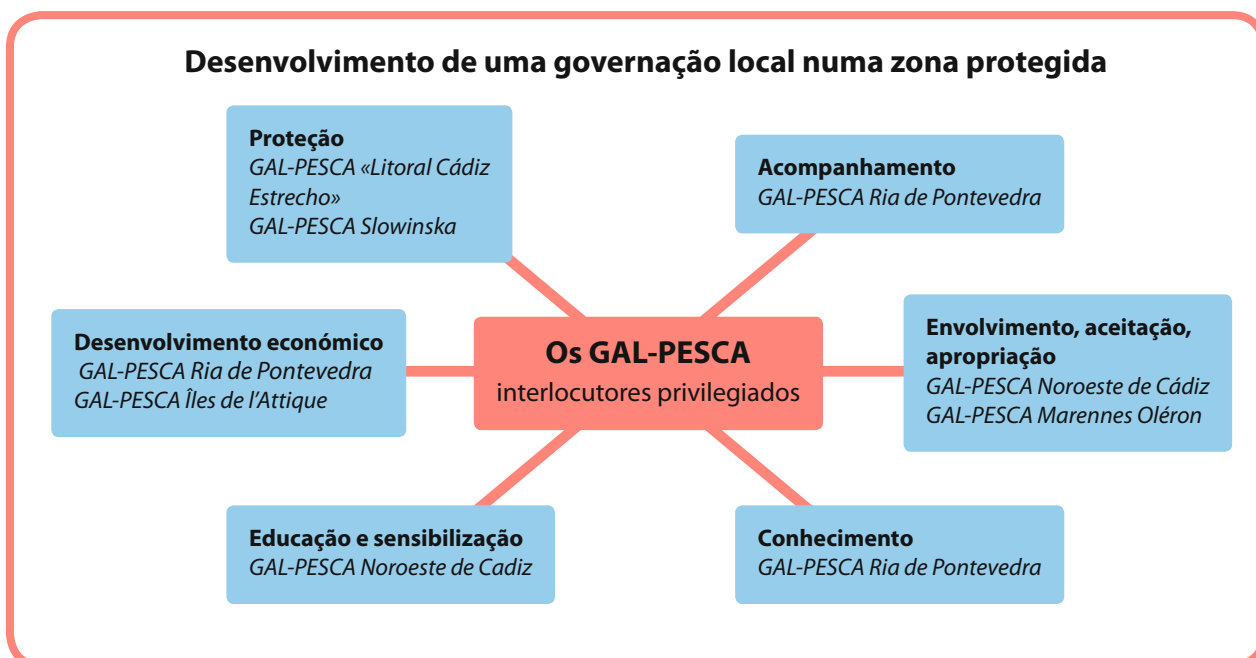
## 💡 Conselhos especializados

- Envolver o maior número de utilizadores possível no processo e promover reuniões regulares;
- Colocar os GAL-PESCA a trabalhar em conjunto sobre temas que interessem tanto a profissionais como a AMP;
- Envolver diretamente todos os setores na gestão comum de uma bacia marítima;
- Desencadear uma tomada de consciência através de ações de sensibilização e de comunicação, sobretudo para AMP abertas ao público;
- Criar centros de recursos dedicados a cada rede de AMP conjuntamente com materiais contendo feedback e testemunhos, a fim de apoiar o desenvolvimento do conhecimento dos territórios em questão;
- Encorajar e apoiar o envolvimento dos agentes marítimos em ações de melhoria das práticas e de sensibilização ecológica.

## 🔧 Ferramentas

- Plataformas de intercâmbio interativas.
- Análise das lacunas de governação.
- Ferramentas de cogestão (ver Ficha 1).

Para concluir, o esquema abaixo (Figura 2) resume as diferentes ações que um GAL-PESCA pode apoiar para ajudar no desenvolvimento e na implementação de uma governação tipo “baixo-cima” numa zona protegida.



**Figura 2:** Ações possíveis para apoiar o desenvolvimento de uma governação baixo-cima numa zona protegida



## 2.3 Quais os benefícios para os pescadores e para o território coberto pelo GAL-PESCA?

Setor de pesca	Território
Envolvimento mais significativo e regular dos pescadores/aquicultores na gestão dos recursos e da sua atividade	Credibilidade da zona de proteção, criação de condições favoráveis ao desenvolvimento e ao emprego
Alteração das mentalidades e aparecimento de uma cultura de colaboração no setor da pesca	Forte colaboração entre os pescadores/utilizadores e os cientistas ao longo de um território
Desenvolvimento de um sentimento de «dar o exemplo» e de «responsabilização» junto dos pescadores	O território ganha destaque nacional e, em alguns casos, destaque internacional

## 2.4 Fatores-chave de sucesso e potenciais obstáculos

- Os GAL-PESCA devem ver as AMPs, os sítios da Rede Natura 2000 e outras áreas protegidas como uma oportunidade real de desempenhar o seu papel na gestão sustentável das atividades de pesca (quer no plano ambiental quer no plano social), tanto a nível nacional como internacional. Podem enfrentar este desafio, ligando as partes interessadas, associando-se a outros FLAG e envolvendo-se em projetos locais.
- Os GAL-PESCA podem assim ser considerados instrumentos de capitalização de conhecimentos e de transferência de experiências, por outras palavras, podem ser veículos para a disseminação de dados e informações fundamentais para melhorar a gestão dos recursos.
- Os GAL-PESCA podem contribuir para uma série de atividades vitais, incluindo, o reforço do envolvimento dos profissionais, o acompanhamento, o apoio financeiro a projetos emblemáticos, a partilha de conhecimento, o intercâmbio de boas práticas e a organização de encontros entre os diferentes grupos.
- Uma comunicação regular e de proximidade dos GAL-PESCA com os pescadores permite promover o entendimento mútuo entre as partes interessadas e evitar bloqueios.
- Pense sempre em envolver os profissionais! Responsabilizá-los e fazê-los assumir o desenvolvimento do projeto é, também, fundamental. Estes profissionais devem ser ativos, devem ser representantes da atividade visada pelo projeto, devem ser reconhecidos pelos seus pares e devem promover uma comunicação constante com os restantes membros da profissão. Só assim se consegue que o projeto seja amplamente aceite e seja útil.

## 2.5 Informação complementar

---

- [Marine protected areas in Europe's seas, an overview and perspectives for the future \(EEA Report N°3/2015\)](#).
- [European Commission, Frequently asked questions on Natura 2000](#), Última atualização: 18/12/2017.
- [Parc Naturel Marin d'Iroise, 2017. Comment va l'Iroise? Tableau de bord 2016-2017](#).
- [Chaboud C., Galleti F., 2007. Les aires marines protégées, catégorie particulière pour le droit et l'économie? Monde en développement n°138, p27-42](#).



## Ficha 3

# Monitorização dos recursos locais e da atividade pesqueira

### 3.1 Do que estamos a falar?

Na sua definição mais básica [Figura 3 e [Regulamento \(UE\) n.º 1224/2009](#)], o tríptico «**monitorização-controlo-vigilância**» assegura o cumprimento das regras e medidas de gestão estabelecidas pela Política Comum das Pescas (PCP, [ver seção «Conceitos principais» no final deste Guia](#)). Destina-se a:

- 1) recolher os dados necessários à gestão das possibilidades de pesca,
- 2) garantir que os limites de captura de espécies comerciais são respeitados,
- 3) garantir uma aplicação uniforme das regras a todos os pescadores e uma harmonização das sanções em toda a UE, e
- 4) assegurar a rastreabilidade e o controlo dos produtos da pesca, ao longo de toda a cadeia de comercialização, desde a captura até ao consumidor final.



**Figura 3:** Esquema do sistema **monitorização-controlo-vigilância** para a gestão das pescas (de acordo com a FAO, 1981)

Em 2000, a União Europeia implementou um quadro de recolha de dados de pesca que os Estados-Membros são obrigados a implementar ao nível nacional. Esta recolha encontra-se definida no quadro da PCP e é implementada através de um regulamento específico ([n.º 2017/1004](#)). Os dados recolhidos servem de base aos pareceres científicos (Conselho Internacional para o Estudo do Mar -[CIEM](#)-), indispensáveis na gestão dos recursos e da atividade pesqueira.

Esta monitorização estatutária à escala da UE pode ser complementada a nível local pela chamada monitorização “baseada na comunidade” – um processo participativo em que os operadores locais são envolvidos na recolha de informação com o objetivo de melhorar a fiabilidade dos dados (Conrad e Hilchey, 2011).. Iniciativas como estas proporcionam aos representantes dos territórios costeiros uma oportunidade de desempenharem um papel no controlo dos recursos pesqueiros, por exemplo, através do aproveitamento do conhecimento empírico dos pescadores profissionais. A informação recolhida é igualmente essencial para avaliar a eficácia das regulamentações na prática. Por fim, a monitorização baseada na comunidade apoia a gestão sustentável das pescas, reforça a capacidade de adaptação local (ver Fichas 1 e 2) e constitui um pré-requisito para qualquer forma de certificação ambiental de uma pescaria (ver Ficha 4).

## 3.2 O papel dos GAL-PESCA: opções possíveis

### a. Apoio à valorização dos conhecimentos empíricos dos pescadores

Os GAL-PESCA podem contribuir para a compilação e a valorização dos conhecimentos empíricos dos pescadores através do financiamento de projetos que associem profissionais da pesca e cientistas para melhorar o conhecimento de uma espécie, estado dos mananciais e/ou dos ecossistemas, a fim de melhorar a sua gestão e exploração.

O projeto «[Langouste Rouge Reconquête](#)» (Lagosta-vulgar – Reconquista) é um bom exemplo de valorização dos conhecimentos e da experiência dos pescadores para apoiar a implementação de um plano de recuperação dos mananciais de lagosta-vulgar na Europa Ocidental. Desde 2015, que os pescadores de Finistère (Bretanha, França) asseguram a coordenação deste projeto que procura recuperar os mananciais daquela espécie num prazo dez anos, graças a um sistema de gestão tipo “baixo-cima” baseado nos conhecimentos e na experiência dos pescadores. Através da associação de pescadores, de estruturas profissionais e de cientistas, o presente projeto permitiu adquirir novos conhecimentos sobre a biologia e a ecologia da espécie, nomeadamente graças à implementação de um programa de marcação e recaptura (mais de 300 lagostas marcadas). O Comité Departamental das Pescas Marítimas e da Aquicultura de Finistère, membro do [GAL-PESCA Cornouaille](#), pretende dar mais amplitude a este projeto, apoiando-se designadamente numa cooperação com outros GAL-PESCA do Atlântico e da Mancha Oeste para estabelecer condições favoráveis a um plano de recuperação das populações de lagosta-vulgar na fachada atlântica europeia.



[Ver igualmente o vídeo](#)

### b. Apoio ao desenvolvimento de programas de vigilância participativa

Em consonância com a definição dos seus eixos estratégicos, um GAL-PESCA pode demonstrar ser um agente incontornável para apoiar a implementação de um programa de vigilância participativa. Um projeto, financiado no quadro do Eixo 4 pelo Grupo FEP Varois (atualmente [GAL-PESCA Varois Côte d'Azur](#), França) e desenvolvido pela ONG Planète Mer, incentivou os pescadores do Cap Roux a trabalharem em prol de um sistema de vigilância das áreas de pesca mais eficaz. Os dados obtidos permitiram avaliar o impacto das medidas de conservação, enquanto a cooperação com outros utilizadores do espaço marítimo permitiu sensibilizar o grande público para as riquezas da região e para a importância de as preservar.

### c. Tecnologias inovadoras ao serviço da gestão das pescarias

Reforçar o papel dos pescadores no desenvolvimento da gestão dos recursos e atividades marítimas locais, eis um desafio comum para um grande número de GAL-PESCA. Alguns até aproveitaram as novas tecnologias para impulsionar a inovação na monitorização das atividades de pesca.

A ferramenta «**Télécapêche**» assenta na utilização das tecnologias móveis (telemóveis), a fim de fornecer dados em tempo real aos comités de pesca e de aquicultura, ajudando-os a monitorizar os recursos e a adotar medidas de gestão adequadas. O dispositivo foi lançado com o apoio do Eixo 4 em 2014 e tem-se revelado um grande sucesso graças aos esforços complementares dos seus dois promotores (um pescador e um programador informático) e ao acompanhamento inicial do **GAL-PESCA Pays d'Auray-Vannes** (Bretanha, França) e do Comité das Pescas Local. Atualmente, a ferramenta flexível de acompanhamento da captura Télécapêche é utilizada por mais de 2 200 pescadores profissionais em vários departamentos franceses. Alguns deles, como os pescadores apeados ou apanhadores, já a utilizam como ferramenta principal para a respetiva declaração de captura. A curto prazo, o Comité Nacional Francês das Pescas Marítimas e da Aquicultura pretende generalizar oficialmente a sua utilização para todos os pescadores franceses da costa atlântica.



A Télécapêche tornou-se um símbolo de inovação e de criatividade local, fornecendo uma ferramenta fiável e prática para a gestão sustentável da pesca.

Os GAL-PESCA podem igualmente participar no desenvolvimento de novos métodos de monitorização, com vista a melhorar a rastreabilidade dos produtos da pesca e consequentemente combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). Um projeto apoiado pelo **GAL-PESCA Oeste** (Portugal) desenvolveu uma **metodologia para monitorizar a zona de captura de percebes** e identificar as potenciais atividades de rotulagem incorreta ou de pesca ilegal. Esta metodologia baseia-se num «catálogo de impressões digitais minerais», que fornece a composição mineral dos percebes de diferentes regiões de Portugal, o que permite identificar a origem dos produtos suspeitos. Este projeto demonstra também as vantagens das parcerias de investigação entre a ciência e a pesca.

Outro exemplo, em Ventspils (Letónia), uma associação local de pescadores de linha, conhecida pelo seu trabalho a favor da preservação da biodiversidade desenvolveu um **sistema de videovigilância** que permite acompanhar as atividades de pesca no território e lutar contra a pesca ilegal e não declarada. Com o apoio do **GALPESCA Kurzeme Norte** e em colaboração com uma associação de pescadores, várias câmaras de videovigilância foram instaladas para acompanhar as atividades de pesca recreativa e profissional em determinadas zonas estratégicas do distrito de Ventspils onde se tinham constatado atos de pesca ilegal no passado. O projeto permitiu igualmente organizar formações e certificações para os inspetores públicos de pesca, bem como *workshops* sobre temáticas ambientais e reguladoras para os pescadores locais.



### 3.3 Quais os benefícios para os pescadores e para o território coberto pelo GAL-PESCA?

Setor de pesca	Território
Promove a valorização do conhecimento empírico dos pescadores	Desenvolve as parcerias entre pescadores, gestores e cientistas
Contribui para a adoção de medidas de gestão adequadas (apoio à decisão)	Reforça a coesão dos agentes do setor e o diálogo com as partes interessadas (gestores, cientistas, ONG, etc.)
As partes interessadas locais assumem maior responsabilidade pelas suas ações	Melhora o papel dos pescadores na governação e transmite um sinal positivo
Melhora a rastreabilidade dos produtos	Tranquiliza os consumidores, confere uma melhor imagem da produção local

### 3.4 Fatores-chave de sucesso e potenciais obstáculos

As novas tecnologias abrem perspetivas para a implementação de soluções inovadoras que podem ajudar a resolver muitos dos problemas, de longa data, sentidos pelo setor pesqueiro. Contudo, é fundamental garantir a viabilidade de projetos baseado no desenvolvimento de uma tecnologia evoluída, nomeadamente através da solicitação de apoio técnico (ou informático) especializado.

A título indicativo, o quadro abaixo enumera as etapas-chave de um projeto de monitorização participativo e os principais aspetos a serem considerados antes de cada fase.

As etapas de um projeto de monitorização participativo	As questões a colocar, os fatores de sucesso, os riscos
Identificar problemas/temas/atividades em parceria com os pescadores/as partes interessadas	Este é um problema sério para o meu território? Os pescadores irão envolver-se no projeto? Existem agentes que não pretendem ser transparentes?
Especificar a informação necessária e a unidade que a caracteriza (€, kg, hora, etc.)	A informação pode ser medida quantitativamente?
Desenvolver um plano de amostragem que indique qual o esforço de monitorização necessário para atingir um determinado grau de precisão e especifique a(s) ferramenta(s) de avaliação que serão utilizadas	Tenho a certeza que a estratégia de monitorização a implementar abordará o problema diretamente?
Desenvolver uma ferramenta de monitorização (app para telemóvel, sitio na Internet, formulários em papel, etc.)	Os futuros utilizadores estão dispostos a utilizar este suporte e têm capacidade para o fazer?
Preparar uma versão de teste a experimentar com um número reduzido de utilizadores	Encontrar utilizadores motivados e envolve-los como «promotores» do projeto, idealmente desde a sua elaboração
Implementar o trabalho de monitorização	Mantenha atualizações regulares de progresso para verificar se os dados estão sendo gravados, estão disponíveis e são consistentes
Avaliar o método de monitorização implementado	Verificar se a informação produzida permitiu dar resposta ao problema identificado. Refletir sobre pontos a melhorar, redução de custos, simplificação do processo de monitorização, etc.

## 3.5 Informação complementar

---

- [Report on an expert consultation on monitoring, control and surveillance systems for fisheries management \(FAO, 1981\)](#).
- Régime européen de contrôle de la pêche.
- [Data collection in the EU](#).
- [2nd Symposium on Fishery-Dependent Information \(Rome, Italy 3-6 March, 2014\)](#) Diferentes apresentações sobre a recolha de dados, as metodologias participativas e de parceria com a pesca artesanal.
- [Inventaire des nouvelles technologies dans le domaine de la pêche \(OECD, 2017\)](#).
- [Projet Marins Chercheurs, criado pela Planète Mer](#). Fazer avançar o mundo da pesca lúdica para uma pesca sustentável, favorecendo o envolvimento dos pescadores na produção de conhecimentos sobre as espécies e o meio marinho.
- [Projet Abalobi \(África do Sul\)](#) e [apresentação de vídeo](#).





## Ficha 4

# Certificação de pescarias sustentáveis

### 4.1 Do que estamos a falar?

A UE é o primeiro mercado mundial de produtos de pesca e aquicultura certificados, com um número crescente de pescarias caminhando para práticas mais sustentáveis. Enquanto a maioria das pescarias procura a certificação ambiental para fins comerciais, o processo em si exige que se façam melhorias duradouras na forma como se pesca e como são geridos os recursos explorados. Alcançar a certificação exige repensar as práticas ao longo de toda a cadeia de comercialização (desde a captura ao consumidor final).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) produziu em 2005 um conjunto de diretrizes voluntárias, internacionalmente reconhecidas, para a rotulagem ecológica de pescarias sustentáveis.



**Figura 4:** Os rótulos ecológicos na pesca e aquicultura

Os rótulos ecológicos de pesca (Figura 4) são frequentemente baseados na sustentabilidade ecológica global dum determinado sistema de pesca. Entre as certificações reconhecidas pela Global Sustainable Seafood Initiative (GSSI), podemos citar a [Marine Stewardship Council \(MSC\)](#), a [Iceland Responsible Fisheries](#) e a [Best Aquacultures Practices](#).

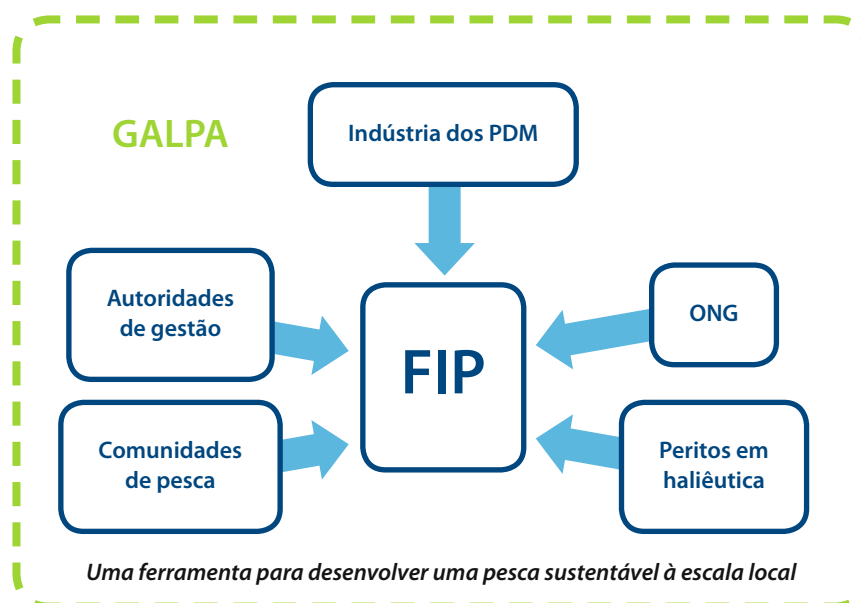
Para obter esta certificação, a pescaria é avaliada de acordo com um conjunto de critérios, o qual constitui o referencial da certificação ambiental em questão. Este referencial pode abranger, nomeadamente: o impacto da pesca nas unidades populacionais de espécies-alvo, o impacto no ecossistema, incluindo as espécies ameaçadas e os *habitats* marinhos, todo o processo de gestão, bem como critérios éticos e de bem-estar, entre outros.



## Os FIP: projeto de melhoramento das pescarias

O conceito de projeto de melhoramento das pescarias – ou FIP (em inglês, Fisheries Improvement Project) foi desenvolvido por um grupo de ONG ambientalistas ([Conservation Alliance for Seafood Solutions](#)) para abordar os desafios, atuais e futuros, enfrentados pelo setor pesqueiro.

Uma pescaria que se lança num FIP é uma pescaria que ainda não atingiu um nível razoável de sustentabilidade, mas que pretende alcançá-lo. Trata-se frequentemente de pequenas pescarias artesanais, que dispõem de poucos dados científicos e que têm fragilidades de gestão ou escassez de recursos, o que lhes complica a tarefa. Para colmatar estas lacunas, a ideia consiste em criar uma parceria multilateral em torno da pescaria, com administração, cientistas, ONG, industriais ou outros financiadores privados (ver Figura. 5). No interesse coletivo, os parceiros ajudarão a pescaria a implementar medidas adequadas para se tornar mais sustentável. Assim, diversas pescarias procuram lançar-se num FIP, sobretudo porque os distribuidores que fornecem estão comprometidos com o abastecimento sustentável, reconhecem a importância dos FIPs e compram cada vez mais produtos da pesca que deram esse passo.



**Figura 5:** O conceito de um projeto de melhoramento das pescarias

Qualquer pescaria pode montar um FIP, quer tenha ou não por objetivo final a obtenção da certificação. Mas para adquirir credibilidade e rigor, bem como para responder a uma procura crescente dos distribuidores, a grande maioria utiliza o referencial da certificação pretendida como ferramenta de comparação.

## 4.2 O papel dos GAL-PESCA: opções possíveis

### a. Acompanhar a certificação ambiental de uma pescaria

Os GAL-PESCA podem apoiar uma pescaria que pretenda iniciar um processo de certificação ambiental ou rótulo ecológico através da coordenação e do cofinanciamento de diversas ações:

- Caracterizar as pescarias locais que estão interessadas em iniciar um processo de certificação (mapear as características das pescarias locais, identificar as suas fortalezas e debilidades);
- Elucidar as partes interessadas da pescaria sobre o processo de certificação e criar ferramentas para facilitar a sua participação;
- Trabalhar com as partes interessadas para determinar qual o rótulo ecológico ou a certificação mais apropriado ao mercado-alvo;
- Preparar a pescaria no sentido de obter a máxima rentabilidade económica da certificação, ou seja: (1) avaliar a viabilidade da pescaria a certificar (efetuar uma pré-avaliação), (2) analisar as necessidades do mercado relativamente à espécie visada e (3) promover o saber-fazer da pescaria local (visita da pescaria aberta aos compradores).

Para ilustrar as ações acima descritas, tomemos o exemplo concreto da **certificação MSC da pescaria de polvo** (*Octopus vulgaris*) do oeste das Astúrias (Espanha). O **GAL-PESCA Navia-Porcía** apoiou técnica e financeiramente, através do Eixo 4 do FEP, a *Cofradía de Pescadores Nuestra Señora de la Atalaya* nas diligências para obter a certificação da pescaria dirigida ao polvo que ocorre na zona oeste das Astúrias (projeto a 3 anos, 2014-2016). O GAL-PESCA começou por cofinanciar a pré-avaliação da pescaria, envolvendo cientistas e pescadores para recolher e analisar dados. Esta pré-avaliação permitiu determinar o bom estado das unidades populacionais de polvo no território e a gestão eficaz desta pescaria. Perante estes resultados encorajadores e a pedido da *Cofradía*, o GAL-PESCA cofinanciou a avaliação completa da pescaria, com a obtenção do rótulo MSC como resultado final. Este abriu novas oportunidades comerciais e o preço de primeira venda aumentou 1,5 € por quilo (ou seja, um aumento de 29%).

Para além do financiamento, o GAL-PESCA coordenou e apoiou tecnicamente cada uma das fases do processo de certificação, o que contribuiu fortemente para o êxito do projeto. Desempenhou também um papel estruturante na promoção e no marketing desta produção local que conduziu à fundação de uma associação de produtores («Arpesos», a partir de maio de 2017) e ao desenvolvimento de um plano estratégico de marketing.

#### Mais informações

Outro exemplo interessante, o GAL-PESCA Blekinge (condado de Blekinge, Suécia) apoiou o projeto «**FiskOnline**» que pretende ajudar os pescadores a adquirir a certificação ecológica «**KRAV**» para várias espécies exploradas, entre as quais o bacalhau, a perca e o lúcio. Este projeto apresenta ainda uma componente de *marketing* inovadora, que permite a venda direta do pescado através da internet.



#### Conselhos especializados

- Basear o projeto de certificação nos profissionais mais motivados da pescaria! Estes serão muito mais do que simples «embaixadores» do projeto e conseguirão certamente motivar ou convencer outros interessados da importância do processo de certificação.

## b. Promover os projetos de monitorização das pescarias ou FIP

Os GALPAESCA têm um papel a desempenhar no sentido de mobilizar e convencer a indústria da pesca local (transformadores, grossistas, organização de produtores, etc.) a implementar um projeto de monitorização das pescarias «FIP».

É o caso do GAL-PESCA «**Ilhas Orkney**» (Escócia, Reino Unido), que acompanhou a implementação de um **projeto de monitorização das pescarias** locais de vieira e búzio. A coordenação quotidiana do projeto é assegurada por dois investigadores. Este projeto já permitiu uma significativa troca de informações entre cientistas e pescadores locais, e virá a permitir melhorar o quadro da gestão das unidades populacionais locais exploradas pela pequena pesca costeira. O GAL-PESCA atuou particularmente junto dos pescadores para que se empenhem nesta diligência do FIP e no projeto de investigação. A análise dos dados recolhidos (avaliação das unidades populacionais, pré-avaliação MSC, etc.) e o desenvolvimento deste quadro de gestão ajudarão a manter os 297 postos de trabalho dos pescadores costeiros, bem como os dos 130 trabalhadores das unidades de transformação.

### Mais informações

Por fim, para promover da melhor forma possível este tipo de processo, indicamos em seguida as cinco etapas-chave que devem ser adotadas e que contribuirão para o êxito do seu FIP.



### As cinco etapas-chave para o êxito de um FIP

1. Falar: Identificar as diferentes partes interessadas necessárias para trabalhar em conjunto de modo a introduzir os melhoramentos na pescaria em questão.
2. Comprometer-se contratualmente: Decidir os objetivos e medidas a tomar para obter um projeto credível, definir os prazos de realização e assinar um memorando de acordo entre os parceiros do FIP. No fim destas duas primeiras etapas, é importante ter identificado um parceiro técnico que assegurará a coordenação e a boa execução do processo.
3. Desenvolver um plano de trabalho: As melhorias e as medidas a tomar para as concretizar devem geralmente ser estabelecidos para um prazo de cinco anos.
4. Início do projeto: o plano de trabalho é oficialmente tornado público e é dado início às ações.
5. Acompanhar os progressos: manter os parceiros e o público informados sobre os progressos do projeto no final de cada etapa, demonstrar os resultados da implementação do FIP e os respetivos êxitos.



### Conselhos especializados

- Apoiar os projetos de melhoria das pescarias FIP pode contribuir para que outras empresas de produtos de pescado se envolvam nos projetos existentes, bem como estimular a procura por parte de compradores e de fornecedores por novos FIPs direcionados a outras pescarias que se confrontam com problemas ambientais.



### Ferramentas

- Os GAL-PESCA podem também assumir a liderança da criação de uma plataforma de consulta para servir de veículo principal ao projeto. (ver [Ficha 1](#)).

## 4.3 Quais os benefícios para os pescadores e para o território coberto pelo GAL-PESCA?

Setor da pesca	Território
Perpétua a produção e melhora a organização do setor	Conserva uma dinâmica de emprego positiva a longo prazo e desenvolve a atratividade do território
Demonstra as boas práticas e as responsabilidades ligadas ao desenvolvimento sustentável	Consolida a rastreabilidade e a confiança dos parceiros e dos consumidores na produção local
Permite aceder a novos mercados que exigem produtos capturados de forma sustentável e responsável	Promove a divulgação do território
Reforça a notoriedade e a imagem das empresas e dos setores	Melhora a opinião pública sobre a produção local
Diferencia o produto relativamente aos outros	Valoriza o saber-fazer e a identidade territorial

## 4.4 Pré-requisitos a considerar

O desenvolvimento de ferramentas de monitorização eficazes (e respetiva implementação no local) é essencial para aspirar a uma certificação ambiental, mas acima de tudo para melhorar a avaliação das unidades populacionais e os planos de gestão dos recursos. As ferramentas de monitorização devem ser utilizadas para recolher os dados (por exemplo, campanhas de marcação e recaptura, programa de observação a bordo), para acompanhar a atividade pesqueira e avaliar o respetivo impacto ambiental.

Para mais informações sobre a **monitorização dos recursos e da atividade pesqueira local**, consultar a [Ficha 3](#) deste guia.

## 4.5 Fatores-chave para o êxito e potenciais obstáculos

### Para o processo de certificação:

- É crucial ter um forte envolvimento dos pescadores desde a primeira etapa do processo, nomeadamente aquando da identificação do tipo de certificação exequível.
- É necessário recolher tantas informações quanto possível sobre a pescaria (estudo, mapeamento do esforço de pesca, análise das unidades populacionais...) antes de iniciar um processo de certificação. A execução de um projeto de melhoria da pescaria (FIP) é uma ferramenta útil para efetuar a pré-avaliação da pescaria e melhorar aspetos técnicos da pescaria ou o mecanismo de governação antes de solicitar a certificação e, gradualmente, trazer as partes interessadas para entender a importância da sustentabilidade ambiental.

### Atenção!

Obter certificação é um processo caro. Consequentemente, a incapacidade de analisar plenamente a procura do mercado pelo produto a certificar pode prejudicar o projeto ou mesmo comprometer os benefícios econômicos potenciais decorrentes da certificação. Preparar bem a componente de marketing da pescaria certificada é um fator determinante para a respetiva continuidade.

- A certificação de uma pescaria específica deve geralmente ser acompanhada por uma campanha de promoção ou por uma estratégia de *marketing* para mostrar como a certificação pode acrescentar valor ao produto. Este valor acrescentado pode permitir uma forma de autofinanciamento da pescaria, nomeadamente para perpetuar a certificação do produto.

### **Atenção!**

O apoio financeiro de um GAL-PESCA é limitada no tempo, pelo que convém ao titular da certificação identificar as possibilidades que se lhe oferecem para perpetuar o financiamento desta certificação, nomeadamente para cobrir o custo das auditorias anuais e o eventual custo adicional da realização de um plano de ação plurianual para cumprir os requisitos mínimos da norma.

- Para a certificação da cadeia de rastreabilidade, é importante assegurar o envolvimento de todo o setor a montante nas primeiras fases do projeto. Os problemas associados à confidencialidade de dados devem ser identificados suficientemente cedo para encontrar soluções de compromisso ou convencer os proprietários dos dados (industriais de produtos de pescado) a disponibilizá-los.
- A cooperação entre os GAL-PESCA é igualmente uma oportunidade a considerar para o desenvolvimento da certificação de uma pescaria, e isto por duas razões: 1) muitos Estados-Membros exploram frequentemente a mesma população de uma determinada espécie; e 2) a cooperação de várias pescarias (implicando vários GAL-PESCA) pode ser uma solução eficaz para partilhar o custo da certificação.

### **Atenção!**

No entanto, note-se que um mercado muito competitivo (como acontece no caso de algumas espécies) pode ser um obstáculo ao desenvolvimento de um tal projeto de colaboração. Incentivar o diálogo entre pescarias pode revelar-se decisivo.

## Para as diligências de monitorização das pescarias FIP:

- Informar os profissionais do setor sobre a existência de ferramentas de monitorização das pescarias. A realização de reuniões de informação (interprofissionais), bem como a publicação de brochuras ou prospectos explicando como pode ser implementado uma FIP, pode revelar-se decisiva e até mesmo um elemento catalizador para o relacionamento e a cooperação entre os intervenientes do setor.

### **Atenção!**

Um dos obstáculos ao desenvolvimento de projetos de melhoria de pescarias (FIP) consiste em encontrar uma organização/estrutura responsável adequada para fazer avançar o projeto, pois esse organismo deve ter boas relações com um determinado número de setores diferentes. A formação de parcerias com outras entidades (nomeadamente as estruturas de investigação) pode trazer benefícios, como garantir que o projeto seja sustentado por métodos científicos robustos.

## 4.6 Informação complementar

---

- Certification and sustainable fisheries (UNEP, 2009).
- Relatório de viabilidade sobre as opções para um sistema de rótulo ecológico da UE para produtos da pesca e da aquicultura (European Commission, 2016).
- Manual de desenvolvimento de um projeto de melhoramento das pescarias – FIP – (WWF, 2013).
- Documento de referência para o desenvolvimento de um projeto de melhoramento das pescarias – FIP – (MSC, 2013).
- Diretrizes para apoiar a implementação de projetos de melhoramento das pescarias – FIP – (Conservation Alliance for Seafood Solutions, 2015).

### As publicações da FAO:

- Guidelines for the Ecolabelling of Fish and Fishery Products from Marine Capture Fisheries (Marine Guidelines). 2005, 2009.
- Guidelines for the Ecolabelling of Fish and Fishery Products from Inland Capture Fisheries (Inland Guidelines). 2011.
- Guidelines on Aquaculture Certification (Aquaculture Guidelines). 2011.
- Report of the Expert Consultation to Develop an FAO Evaluation Framework to Assess the Conformity of Public and Private Ecolabelling Schemes with the FAO Guidelines for the Ecolabelling of Fish and Fishery Products from Marine Capture Fisheries. Rome, 24–26 November 2010. FAO Fisheries and Aquaculture Report. No. 958. Rome, FAO. 2011. 51 p..



## Ficha 5

# Melhoria das práticas e aplicação da obrigação de desembarque

## 5.1 Do que estamos a falar?

A produtividade dos mares e dos oceanos assenta no seu bom estado ambiental e na sua capacidade de se renovarem e continuarem a fornecer à humanidade os recursos de que ela necessita para a sua sobrevivência e desenvolvimento. A pesca, enquanto atividade extrativa, tem e terá sempre um impacto sobre o ambiente, pelo que é importante refletir sobre a melhor forma de limitar esse impacto.

No seio da União Europeia, as práticas de pesca são regulamentadas por diferentes ferramentas, entre as quais as «medidas técnicas» que regem **como, onde e quando a pesca é autorizada** (ver seção “**Conceitos-chave**” no fim deste guia). Os **estudos preparatórios** do novo regulamento europeu reconheceram a insuficiência da participação dos agentes do setor no processo de tomada de decisão que conduz à elaboração destas medidas. O desenvolvimento de medidas adaptadas e adequadas pelos intervenientes locais é uma das chaves para melhorar as práticas.

É também importante compreender que a inovação tecnológica associada, por exemplo, à melhoria das artes de pesca, por si só, não responde a todos os problemas relacionados com impacto ambiental, pelo que deve andar a par com a alteração das práticas.

Além disso, embora algumas artes e técnicas de pesca tenham menos impacto sobre os ecossistemas do que outras (artes passivas face às artes rebocadas, por exemplo), isso não significa que as técnicas de pesca com menos impacto não possam ser melhoradas. Todos os segmentos da frota pesqueira são, pois, abrangidos.

A obrigação de desembarque, implementada pela União Europeia no quadro da reforma da Política Comum das Pescas (artigo 15.º do **Regulamento (UE) n.º 1380/2013**), é outro aspeto que incentiva à melhoria das práticas de pesca, pois embora o nível de capturas acessórias seja geralmente menor nas artes passivas, este nível de captura pode, no entanto, continuar a ser suficiente para se tornar um travão à atividade pesqueira se a quota for esgotada por estas capturas acessórias (designada também como «espécie de quota limitante» ou «choke species»). No que se refere à implementação, esta efetua-se gradualmente desde 2015 por espécies e pescarias, prolongando-se até 2019 (ver seção “**Conceitos-chave**” no fim deste guia).

## 5.2 O papel dos GAL-PESCA: opções possíveis

### a. Apoio à inovação local

Os intervenientes locais enfrentam problemas e situações específicas, que requerem soluções locais. O motor da inovação encontra-se frequentemente no seio dos próprios territórios, mas necessita de um catalisador para assegurar que as iniciativas presentes possam transformar-se em projetos concretos. Os GAL-PESCA, devido ao seu contacto direto com os pescadores, à sua rede e ao seu orçamento, pode desempenhar esse papel de catalisador da inovação a nível local.

Tal foi o caso -do desenvolvimento de um sistema de **redução das capturas acessórias de salmão** na pescaria de peixes de água doce com o apoio do **GAL-PESCA East Finland**. O apoio do GAL-PESCA foi primordial na fase preparatória do projeto, o qual foi mais tarde financiado pelo Eixo 3 (ações coletivas) do Fundo Europeu das Pescas (FEP). Para mais informações, ver o vídeo do **projeto**.

O desenvolvimento de incubadoras ou ninhos de empresas é outro meio para acompanhar os processos de inovação, apoiando os responsáveis do projeto na conversão das suas ideias em ações concretas. O GAL-PESCA da Cornualha (Bretanha, França) apoiou a criação de um **ninho de empresas especializadas em biotecnologia** no seio de uma estação de aquicultura. Os empresários locais beneficiam de um espaço adaptado aos testes de novas tecnologias, ao mesmo tempo que recebem o apoio do departamento de biotecnologia de um instituto de investigação agronómica (AGROCAMPUS Ouest).

## b. Relação com investigadores

Certos territórios costeiros beneficiam da existência de uma representação local de uma universidade ou de um centro de investigação, mas isso pode não acontecer com todos. Os GAL-PESCA podem, pois, servir de ligação entre centros de investigação especializados em determinadas áreas e os pescadores/aquicultores confrontados com problemas técnicos.

O GAL-PESCA pode não só permitir identificar a área de especialização necessária, como também, graças ao seu orçamento, ajudar a financiar os estudos/desenvolvimentos necessários, no todo ou em parte. Contudo, é bom lembrar que os orçamentos dos GAL-PESCA são limitados, na maior parte dos casos, e que é sempre útil explorar fontes de financiamento alternativas para estes programas de investigação e inovação.

A Universidade de Wageningen, por exemplo, desenvolveu um programa destinado a responder às necessidades do setor da pesca. Esta iniciativa designada por «círculos de conhecimento<sup>9</sup>» tem por objetivo reunir e acompanhar os pescadores no desenvolvimento de soluções práticas para os problemas com que se confrontam. Os pescadores estão no centro da abordagem e os investigadores desempenham um papel de apoio nas discussões e na procura de soluções. Ao longo do período de 2014-2016, nove destes círculos de conhecimento foram construídos em torno de três grandes eixos de trabalho: a diminuição da pegada ecológica, o aumento das receitas e a redução dos custos.

Link [FARNET guia 12](#) pág. 30 “*innovating with the help of science and research*”.

## c. Relação com as instâncias locais de gestão dos recursos

Como foi mencionado no preâmbulo, os GAL-PESCA não se encontram mandatados para gerir recursos locais e não estão vocacionados para evoluir nesse sentido. O mandato dos GAL-PESCA concentra-se nas problemáticas do desenvolvimento e da integração dos setores da pesca e da aquicultura na dinâmica de desenvolvimento local. No entanto, não se pode falar em desenvolvimento sustentável sem ter em conta os recursos sobre os quais o território assenta. É, pois, natural que os GAL-PESCA se posicionem no apoio às iniciativas que visem melhorar a gestão dos recursos locais e desenvolvam uma estreita colaboração com os organismos responsáveis pela gestão dos recursos, nomeadamente na elaboração de medidas técnicas, tal como foi referido no preâmbulo.

Na costa nordeste de Inglaterra, o GAL-PESCA de Holderness trabalhou em estreita colaboração com a autoridade de gestão das pescas e do ambiente costeiro da sua região (**Inshore Fisheries and Conservation Authorities** ou IFCA) no sentido de melhorar as práticas de pesca com armadilha da frota local. Com efeito, visto que as lagostas juvenis eram atacadas pelos exemplares de maior porte quando se encontravam na mesma armadilha (causando a mutilação ou a morte das lagostas de menor porte), foi desenvolvido **um sistema de «saída de emergência»** que permite aos exemplares mais pequenos escaparem das armadilhas. As investigações e os ensaios desta tecnologia foram financiados pelo GAL-PESCA e coordenados pela autoridade de gestão local, a qual, na sequência dos resultados positivos, alterou a legislação que regulamenta esta pescaria, impondo a obrigatoriedade de utilizar estas «saídas de emergência» nas artes de pesca. Paralelamente, distribuiu gratuitamente 42.000 unidades deste sistema (financiadas pelo GAL-PESCA) aos pescadores da zona.



9 Em inglês ou holandês.



## d. Promover a discussão e a partilha entre territórios

O desenvolvimento local conduzido pelos intervenientes locais permite o desenvolvimento de soluções adaptadas às problemáticas e contextos locais. No entanto, existe o risco de que cada território gaste os seus recursos limitados (tempo, energia e orçamento) a desenvolver soluções para fazer face a problemas similares aos de outros territórios. Os GAL-PESCA fazem parte da rede FARNET, que reúne mais de 350 comunidades costeiras. O conjunto de conhecimentos e experiências acumulados no seio desta rede é fenomenal. Os GALPESCA representam um ponto de acesso a este conjunto de conhecimentos para os intervenientes locais, permitindo-lhes capitalizar as experiências já vividas por outros territórios.

O projeto de cooperação «**focas e corvos-marinhos**» entre 14 GAL-PESCA do mar Báltico ilustra bem esta possibilidade de permuta e transferência de conhecimentos entre diferentes territórios confrontados com desafios comuns. De facto, os pescadores destes 14 GAL-PESCA enfrentam o desafio da coexistência das suas atividades com o aumento da população de focas cinzentas e corvos-marinhos, duas espécies que se alimentam exclusivamente de peixe e que, no caso da primeira, provocam danos significativos nas artes de pesca. Estes 14 GAL-PESCA decidiram elaborar um projeto de colaboração destinado a partilhar os resultados de investigação de institutos especializados em gestão de recursos naturais locais e combiná-los com a experiência dos pescadores profissionais. O objetivo deste projeto consiste em encontrar novas formas de coexistência entre os pescadores profissionais e a vida selvagem.

Está igualmente em curso uma transferência de conhecimentos entre os pescadores do GAL-PESCA Costa Dell'emilia-Romagna (Itália) e o do Pays Vidourle Camargue (Occitânia, França) sobre **pesca, gestão e comercialização do caracol-marinho** (*Nassarius mutabilis*), um gastrópode marinho explorado nestas duas zonas do litoral mediterrânico.

## e. Ligação com Organizações Não Governamentais Ambientais (ONGA)

As relações entre o setor da pesca e as organizações não governamentais de proteção do ambiente (ONGA) nem sempre são fáceis. No entanto, os seus objetivos nem sempre divergem muito entre si e é possível encontrar soluções conjuntas que permitam satisfazer as duas partes. Foi o caso do projeto «**Hookpod**», desenvolvido por apaixonados de pescarias sustentáveis e da proteção de aves associados à Liga Real para a Proteção de Aves inglesa (RSPB). Neste projeto foi desenvolvido um sistema de proteção para a pesca com palangre que impede que as aves e os animais marinhos (albatrozes, gansos-patola, tartarugas...) fiquem presos pelos anzóis quando as linhas são lançadas à água. Este projeto, cujo financiamento foi gerado inteiramente pela ONGA (através de angariações de fundos participativas e públicas), foi desenvolvido em colaboração com pescadores em diferentes zonas do planeta e permite eliminar as capturas acessórias de aves marinhas. Além de seus benefícios ambientais, o sistema também apresenta vantagens para os pescadores, pois economiza tempo que gastariam a desembaraçar as linhas e evita danos ou na arte de pesca, não perdendo dinheiro. Os GAL-PESCA podem desempenhar o papel de intermediário entre estes dois setores, que se opõem com demasiada frequência em conflitos estéreis.

## f. Informar para melhor preparar a implementação da obrigação de desembarque

A aplicação da obrigação de desembarque é seguramente um dos pontos da nova PCP mais criticados pelo setor das pescas europeu. Se os GAL-PESCA não se encontram vocacionados diretamente para o financiamento da execução desta medida regulamentar, é certo que podem contribuir para facilitar a respetiva aplicação a nível local, informando os profissionais do setor e desenvolver com eles iniciativas que permitam facilitar/apreender melhor as consequências desta obrigação.

Este tipo de iniciativa foi desenvolvido pela «Cofradia» dos pescadores artesanais do porto de San Martino de Bueu com o apoio do GAL-PESCA Ria de Pontevedra (Galiza, Espanha), que pretende **caracterizar as rejeições** ao mar geradas pela frota artesanal que opera na Ria de Pontevedra. Com base nos dados obtidos, o objetivo deste estudo será determinar e informar as associações de pescadores locais acerca das consequências da gestão das capturas rejeitadas a bordo das embarcações de pesca e após o desembarque no cais.

A tabela abaixo descreve, de forma resumida, como os GAL-PESCA podem desempenhar o seu papel neste processo de preparação, com que parceiros do setor devem trabalhar e quais os fatores de sucesso que terão de considerar.

Perguntas a colocar	Caminho a seguir em função da resposta	Potenciais parceiros
1. Em que medida é que os pescadores com os quais trabalho se confrontam com esta problemática? (Ordem de grandeza do problema)	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sim, continuar</li> <li>➤ Não, é inútil continuar</li> </ul>	Pescadores, Cientistas...
2. Estão conscientes do problema e dos termos exatos da atual regulamentação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sim, continuar</li> <li>➤ Não, informá-los, sensibilizá-los e, caso adiram, continuar</li> </ul>	Pescadores, Gestores...
<p><b>🔗 Conselhos especializados:</b>  <i>Os GAL-PESCA podem desempenhar um papel reunindo os parceiros para a inovação: colmatar o fosso entre os pescadores e investigadores;                      A obrigação de desembarque implica uma mudança de comportamento. No entanto, é difícil mudar os hábitos e mentalidades, pelo que aqueles que têm uma boa experiência devem partilhá-la com o mundo exterior.</i></p>		
3. Poderiam adaptar facilmente as suas práticas de pesca para respeitar a regulamentação?	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sim, marque a zona de pesca em termos espaciais e temporais num mapa.</li> <li>➤ Não, prosseguir</li> </ul>	Pescadores, Cientistas...
<p><b>Ideias de ação para os GALPA:</b>  <i>A monitorização e o mapeamento das capturas rejeitadas ao mar são duas etapas preliminares muito importantes, pois ajudarão a identificar os locais e quantificar as rejeições ao mar.</i></p>		
4. Existem adaptações técnicas possíveis das artes de pesca utilizadas, as quais permitam uma redução significativa das capturas rejeitadas ao mar?	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sim, propor testes de artes alternativas</li> <li>➤ Não...</li> <li>➤ Realizar um trabalho de revisão bibliográfica, e promover visitas de estudo para averiguar se o mesmo problema foi abordado noutra local</li> <li>➤ Não, não, prosseguir</li> </ul>	Pescadores, Cientistas (técnicos de pescas)...
<p><b>🔗 Conselhos especializados:</b>  <i>As visitas de demonstração de artes inovadoras são muito úteis para convencer os pescadores a alterar os seus hábitos (é melhor observar com as coisas funcionam na prática, pois no papel é mais difícil reconhecer as vantagens e benefícios).</i></p>		
5. As taxas de sobrevivência das espécies cuja captura não é possível evitar podem ser melhoradas?	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sim, propor uma padronização do tratamento das capturas a bordo</li> <li>➤ Não, prosseguir</li> </ul>	Pescadores Cientistas, ONG...

Perguntas a colocar	Caminho a seguir em função da resposta	Potenciais parceiros
6. Para as espécies que são capturadas, devem ser desembarcadas e não apresentam uma taxa de sobrevivência que justifique devolvê-las à água, existem outras utilizações para além do consumo humano direto?	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Sim, testar novas utilizações destas capturas (criar novos produtos)</li> <li>➤ Não, fazer valer o precedente no sentido de solicitar uma isenção da aplicação da regulamentação...</li> </ul>	Transformadores, Cientistas na área da engenharia agronómica, etc.
	<p><b>🔗 Conselhos especializados:</b>  <i>As capturas rejeitadas não são resíduos, procure potenciais mercados; Não se esqueça de ter em conta o facto de que outros Estados-Membros podem ter tradições e hábitos culinários muito diferentes, pelo que certas espécies com pouco interesse comercial na sua região podem ser consideradas noutros lugares como tendo um bom valor.</i></p>	

## 5.3 Quais os benefícios para os pescadores e para o território coberto pelo GAL-PESCA?

Setor da pesca	Território
Apela à criatividade dos pescadores para a procura de soluções técnicas inovadoras (seletividade e melhoramento do nível de sobrevivência das capturas acessórias)	Demonstra a vontade do território de apoiar a inovação e o desenvolvimento tecnológico
Mostra como o setor se encontra a investir na modernização dos métodos de produção, mantendo os padrões qualidade e a rastreabilidade	Consolida a confiança dos parceiros e dos consumidores na produção local
Permite valorizar noutros mercados espécies anteriormente rejeitadas no mar, nomeadamente: farinhas animais, óleo de peixe, alimentos para animais de companhia, aditivos alimentares, farmacêuticos ou cosméticos	Cria riqueza para o território e contribui para o surgimento de novos setores.

## 5.4 Informação complementar...

- [Directives internationales sur la gestion des prises accessoires et la réduction des rejets en mer. FAO, 2011.](#)
- [Landing obligation in practise \(recensement des projets européens sur l'obligation de débarquement\). European Commission.](#)
- [Estudo cruzado sobre as medidas técnicas da PCP e as artes de pesca inovadoras. ClientEarth, 2016.](#)

# Conceitos-chave e políticas que regem a gestão dos recursos locais

## A. Promover uma abordagem “baixo-cima” na gestão dos recursos locais

A Política Comum das Pescas (PCP) foi introduzida em 1983, e foi marcada pela introdução de quotas de pesca e pelo estabelecimento de princípios comuns relacionados com acesso às zonas marinhas. A Política Comum das Pescas, reformada em 2002 e novamente em 2013 ([Regulamento n.º 1380/2013](#)). Na sua atual forma simplificada, realça a importância dos aspetos regionais, inclui medidas de regionalização (planos de gestão de longo prazo e obrigação de desembarque) e incentiva as partes interessadas a desempenhar um papel mais ativo através de Conselhos Consultivos (CC).

Assim, os princípios e objetivos da gestão das pescas estão inscritos no regulamento de base da PCP, **como o de alcançar o rendimento máximo sustentável (RMS) (no quadro dos planos plurianuais, artigo 9.º) ou a obrigação de desembarque (artigo 15.º)**. Mas a sua transposição regulamentar ao nível dos mares regionais é realizada no âmbito de regulamentos específicos preparados no quadro da regionalização. A regionalização propõe uma cooperação próxima entre Estados-Membros que partilham um «mar regional»: Portugal, Espanha, França para as águas ocidentais sul, por exemplo.

Os diferentes mares regionais da União Europeia (ver [o atlas europeu do mar](#)) correspondem às zonas de competência dos diferentes Conselhos Consultivos. Este conceito é retomado no âmbito da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha ([DQEM](#)). Estes Conselhos reúnem os representantes do setor da pesca (pesca e transformação, sindicatos) e os outros grupos de interesse (pesca recreativa, associações ambientais) com o objetivo de aconselhar a Comissão Europeia na elaboração de uma proposta de regulamento. Do mesmo modo, os Estados-Membros (administrações nacionais) e organismos científicos (o Conselho Internacional para o Estudo do Mar -[CIEM](#)- e o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas -[CCTEP](#)-) participam nesta etapa.

## TAC e quotas<sup>10</sup>

Os totais admissíveis de captura (TAC) (possibilidades de pesca) são limites de captura (expressos em toneladas ou números) fixados para a maioria dos recursos pesqueiros. Estes limites são fixados para permitir explorar os recursos ao nível do Rendimento Máximo Sustentável, que pode ser definido como o máximo que se pode extrair de um recurso marinho ano após ano, sem colocar em perigo a capacidade de renovação natural desse recurso.

A Comissão prepara propostas com base nos **pareceres científicos** relativos ao estado de conservação dos recursos apresentados por órgãos consultivos como o CIEM e o CCTEP. Certos **planos plurianuais** contêm regras para fixar os TAC. Estes são definidos todos os anos para a maioria dos recursos (de dois em dois anos para os recursos de águas profundas) pelo Conselho dos Ministros das Pescas. Quando os recursos são partilhados e geridos conjuntamente com países não pertencentes à UE, os TAC são acordados com esses países ou grupos de países. São repartidos entre os países da UE sob a forma de quotas nacionais. As quotas são distribuídas aplicando uma percentagem diferente por recurso e por país. Os países da UE podem trocar entre si as respetivas quotas.

Devem utilizar critérios objetivos e transparentes para repartir as quotas nacionais entre os pescadores e zelar para que as quotas fixadas não sejam ultrapassadas. Quando a quota estabelecida para uma espécie é esgotada, o país deve encerrar a pescaria em questão.

Na bacia mediterrânica, a maioria das pescarias é gerida unicamente por medidas de entrada (número de licenças, dias de pesca...) e não através de quotas.

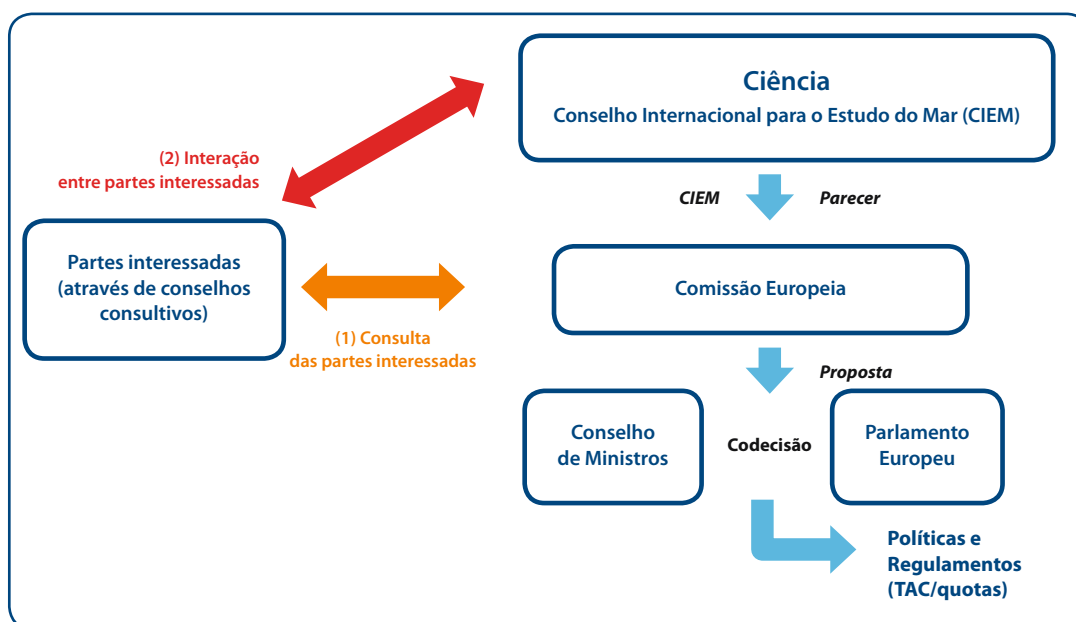
A alocação das quotas de pesca às frotas pesqueiras varia consoante o Estado-Membro. De modo geral, as quotas são atribuídas pelo Estado às organizações de produtores (principalmente em função do histórico dos desembarques dos seus associados) que decidem internamente as modalidades de repartição destas possibilidades de pesca. As quotas de pesca podem ser transferíveis (quotas individuais transferíveis, como na Dinamarca ou em Espanha para a pesca de alto mar, por exemplo) ou não (caso da pesca de atum rabilho em França, por exemplo). Em Espanha, para a pequena pesca costeira (segmento das artes menores), as quotas são alocadas às regiões.

## Os Conselhos Consultivos (CC)

Os Conselhos Consultivos (CC) são organizações de partes interessadas que apresentam à Comissão e aos países da UE recomendações sobre questões relativas à gestão da pesca. Essas recomendações podem incidir sobre conservação e aspetos socioeconómicos da gestão das pescas e sobre a maneira de simplificar as regras. Os Conselhos Consultivos são consultados no âmbito da **regionalização**. Os conselhos consultivos também devem contribuir com dados para a gestão de pescarias e medidas de conservação. Os Conselhos Consultivos são compostos por representantes do setor da pesca e de outros grupos de interesse (estes ocupam respetivamente 60% e 40% dos lugares na assembleia geral e na comissão executiva). Assim, o principal objetivo dos Conselhos Consultivos consiste em associar mais estreitamente as partes interessadas do setor da pesca ao processo de decisão. Correspondem a unidades de gestão baseadas em critérios biológicos, contando-se 11 unidades de gestão na Europa (ver **European Atlas of the Seas**).

Note-se que estes Os Conselhos Consultivos não têm poder de regulamentação (os seus pareceres não são vinculativos). Cobrem uma zona geográfica alargada e trabalham mais facilmente em grandes pescarias comerciais partilhadas (por frotas oriundas de diversos Estados-Membros) do que em pescarias costeiras (com a exceção das pescarias transfronteiriças). Constituem, no entanto, uma primeira etapa no sentido de uma gestão “baixo-cima” da atividade da pesca (ver Figura 6).

<sup>10</sup> Fonte: [European Commission website](#).



**Figura 6:** Posicionamento dos Conselhos Consultivos no processo de tomada de decisão europeia da gestão da pesca

Em contrapartida, ao nível nacional as situações são muito variáveis, mas muitos Estados optaram por uma maior partilha de responsabilidades com organizações profissionais locais para a gestão dos recursos marinhos costeiros. Podemos, por exemplo, citar o caso de Inglaterra, que delegou às autoridades de gestão costeira a regulamentação local das atividades de pesca (IFCA), ou o caso de França, que delega às organizações profissionais (os comités regionais das pescas e aquicultura marinhas) a gestão da atividade da pesca na faixa costeira.

## B. Melhorar a sustentabilidade das atividades locais

Conforme estipulado no artigo 2.º (Regulamento n.º 1380/2013), a PCP «garante que as atividades da pesca e da aquicultura sejam ambientalmente sustentáveis a longo prazo e sejam geridas de uma forma consentânea com os objetivos consistentes em gerar benefícios económicos, sociais e de emprego, e em contribuir para o abastecimento de produtos alimentares». Assim, para além das ferramentas de gestão de recursos que são as quotas de capturas, a PCP e o seu instrumento financeiro, o FEAMP, apoiam a promoção das atividades de pesca e de aquicultura sustentáveis através de outros instrumentos, como as medidas técnicas e a obrigação de desembarque.

### 1. As «medidas técnicas»<sup>11</sup>

As medidas técnicas agrupam um vasto conjunto de regras que regem **como, onde e quando os pescadores podem pescar**. Aplicam-se ao conjunto dos mares regionais e variam consideravelmente de um mar para outro, de acordo com as condições regionais. Estas medidas referem-se:

- Aos tamanhos mínimos de **desembarque** e de **conservação**;
- Às especificações em matéria de **conceção** e de **utilização** das artes de pesca;
- Às dimensões mínimas da **malha** das redes;
- À utilização de **artes seletivas** para reduzir as capturas acessórias;
- **Épocas e períodos de defeso**;
- À limitação das **capturas acessórias** (capturas de espécies não alvo);
- Às medidas destinadas à redução dos impactes da pesca sobre **o ecossistema e o ambiente marinho**.

<sup>11</sup> Fonte: [European Commission website](#).

Os regulamentos relativos às medidas técnicas na UE devem ser modernizados tendo em conta a nova Política Comum das Pescas. A Comissão Europeia apresentou uma nova proposta-quadro para este fim, relativa a medidas técnicas de conservação.

## 2. A obrigação de desembarque<sup>12</sup>

A obrigação de desembarque (prevista no artigo 15.º do [Regulamento n.º 1380/2013](#)) exige que todas as capturas de espécies comerciais **sujeitas a quotas europeias de captura e/ou de espécies para as quais esteja definida uma dimensão mínima de desembarque** sejam desembarcadas e imputadas às quotas disponíveis. As capturas de dimensão inferior ao mínimo estipulado não podem ser destinadas ao consumo humano direto, enquanto as espécies proibidas não podem ser retidas a bordo e devem ser devolvidas ao mar. A rejeição de espécies proibidas deve ser inscrita no registo da embarcação e constitui uma parte importante da base científica para a monitorização dessas espécies. De 2015 a 2019, a obrigação de desembarque é implementada de modo progressivo para diferentes pescarias e das espécies. Em 2019, todas as espécies sujeitas a quotas ou a tamanhos mínimos de conservação para o Mediterrâneo serão abrangidas por esta obrigação.

A implementação desta obrigação, bem como as isenções, assentam **em recomendações conjuntas dos grupos regionais dos Estados-Membros**. Na sequência da avaliação realizada pelo CCTEP e se a avaliação for positiva, as recomendações são transformadas em planos «de rejeições» temporários através de atos delegados (regulamento da Comissão Europeia). Estes planos detalham as espécies abrangidas, as obrigações em termos de documentação, os tamanhos mínimos de conservação **e as isenções (para as espécies com uma forte taxa de sobrevivência e uma percentagem de minimis de rejeições autorizadas em determinadas condições)**. Estes planos têm uma duração de três anos e devem ser incluídos nos planos plurianuais.

Ao longo dos últimos anos, os governos europeus, as instituições científicas, a indústria, os pescadores e outros intervenientes trabalharam em conjunto na elaboração de ensaios e soluções relativamente a esta implementação da obrigação de desembarque. Alguns exemplos de projetos cofinanciados pela UE (como o programa [Discardless](#)) podem ser consultados na [página Web](#) dedicada da Comissão Europeia.

## C. Contribuir para a conservação dos ecossistemas aquáticos

A Diretiva-Quadro Estratégia Marinha ([DQEM](#)) apela à concretização do Bom Estado Ecológico (BEE) das águas marítimas europeias até 2020 (ver caixa) colocando as atividades de pesca no contexto mais geral do desenvolvimento sustentável.

Em conformidade com esta Diretiva, cada Estado-Membro deve implementar uma [estratégia marinha para as suas águas marítimas](#), em cooperação com os outros Estados-Membros que partilham a mesma região marinha, sendo essa estratégia reavaliada a cada seis anos. Esta estratégia divide-se em cinco etapas: (1) uma primeira avaliação das suas águas marítimas; (2) a determinação do bom estado ecológico das suas águas marítimas; (3) a definição de objetivos ambientais; (4) o estabelecimento e implementação de programas coordenados de monitorização; e (5) a identificação das medidas ou ações a tomar para alcançar ou manter um bom estado ecológico.

Por outro lado, o regulamento da DQEM exige, entre outras coisas, a aplicação da abordagem de precaução à gestão da pesca, com o objetivo de assegurar que *«a exploração dos recursos pesqueiros permite alcançar e manter as unidades populacionais exploradas a níveis superiores àqueles que podem produzir o rendimento máximo sustentável»* e a implementação da *«abordagem ecossistémica à gestão das pescas, no sentido de reduzir ao mínimo os efeitos negativos das atividades de pesca sobre o ecossistema marinho»*.

---

12 Fonte: [European Commission website](#).

## Bom Estado Ecológico (BEE)

O BEE das águas marítimas corresponde ao bom funcionamento dos ecossistemas marinhos, ao bom estado de saúde do meio e à sustentabilidade ambiental das atividades humanas. Convém notar que o bom funcionamento de um ecossistema é um conceito científico, que deve acabar por ser quantificado. Tem em conta as pressões geradas pelas atividades humanas no mar ou em terra que tenham impacto no ambiente. O objetivo do BEE não consiste em regressar a um estado virgem, mas sim alcançar um equilíbrio aceitável e sustentável entre pressões humanas e a saúde dos ecossistemas marinhos. A lista dos 11 indicadores que definem o bom estado ecológico é apresentada em detalhe no Anexo I da [DQEM](#).

### How we are making it easier to achieve the good environmental status of marine waters



More flexibility to concentrate on problem areas



More accurate way to measure achievement of environmental goals



Increased regional and sub-regional cooperation



Enhanced synergy with existing EU nature, water and fisheries legislation



Better understanding of human impacts on marine environment

A DQEM exige igualmente que sejam implementadas medidas de proteção espacial, para construir uma rede coerente e representativa de áreas marinhas protegidas antes de 2016. Além disso, a União Europeia comprometeu-se a alcançar **o objetivo 11 de Aichi**, que prevê a proteção de, pelo menos, 10% dos seus mares até 2020, nomeadamente através da criação de áreas marinhas protegidas (AMP)<sup>13</sup>. As AMP são cada vez mais reconhecidas como ferramentas importantes para a gestão das zonas de pesca e representam uma medida concreta definida pela DQEM. A designação destas áreas protegidas é igualmente um elemento-chave das Diretivas Aves e *Habitats* da UE. O esforço no sentido da criação de AMP e de zonas Natura 2000 devem, pois, prosseguir nos próximos anos.

13 [Aichi Biodiversity Targets](#).



## As Diretivas Aves e Habitats da UE

A Diretiva **Aves** (2009/147/CE) relativa ao estado de conservação das aves selvagens e a Diretiva **Habitats** (92/43/CEE) relativa à conservação dos habitats naturais, bem como da fauna e da flora selvagens, são pilares da política europeia em matéria de biodiversidade.

A Diretiva Aves define linhas orientadoras a nível europeu para a proteção e a gestão das espécies de aves que vivem em estado selvagem, concentrando-se principalmente no impacto das atividades humanas (caça, perturbação, etc.).

A Diretiva *Habitats* é a segunda Diretiva que visa a proteção da natureza na União Europeia. Exige que os Estados-Membros, entre outros:

- Conservem ou restabeçam os *habitats* e as espécies protegidas (anexos I e II) em «estado de conservação favorável»;
- Criem zonas especiais de conservação (zonas visadas pela Diretiva *Habitats*) para as espécies e os *habitats* (anexos I e II) (artigo 3.º);
- Estabeçam medidas de conservação ou restabelecimento em «estado de conservação favorável» das espécies e *habitats* que figuram nos anexos I e II e estejam presentes nestas zonas de proteção (artigo 6.º)

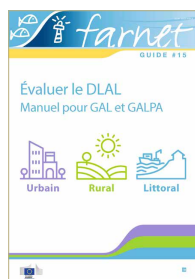
Assim, a DH e a DA assentam em dois eixos complementares: um dispositivo de proteção das espécies e uma rede de sítios representativos (**rede Natura 2000**) constituída por zonas especiais de conservação (ZEC) e zonas especiais de proteção (ZEP).

Estes dispositivos de conservação da biodiversidade articulam-se com a elaboração dos Planos de Ação para o Meio Marinho (PAMM) definida pela DQEM (e cuja realização incumbe aos Estados-Membros), reforçando assim a sua aplicação ao nível sub-regional. Estes PAMM são o meio de implementação da ação comunitária para o meio marinho nas «*águas europeias*».

## Informação complementar:

- **State of Europe's seas, European Environment Agency, 2015.**
- As diretivas europeias Aves e *Habitats* (**Comissão Europeia, 2014**).
- Protecting aquatic biodiversity in Europe: How much do EU environmental policies support ecosystem-based management? (**Rouilliar et al., 2017**).
- Apresentação de Carlos Romão: **“Protected Areas. Isn't that old-fashioned?”** (Europarc Conference 2016, EAA).

# Para obter mais informações, ideias e exemplos, estão disponíveis mais Guias da FARNET (Rede Europeia das Zonas de Pesca)



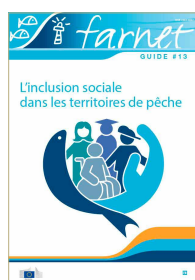
## Guia FARNET #15: Avaliar o Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Manual para Grupos de Ação Local e Grupos de Ação Local nas Pescas

Fornecer aos Grupos de Ação Local nas Pescas métodos e ferramentas fáceis de utilizar, juntamente com exemplos de diferentes Grupos de Ação Local e Grupos de Ação Local nas Pescas, que podem servir de orientação e inspiração para avaliar o Desenvolvimento Local de Base Comunitária com vista a otimizar a utilização dos fundos públicos e melhorar o potencial do Desenvolvimento Local de Base Comunitária para introduzir uma mudança concreta e positiva nas comunidades locais.



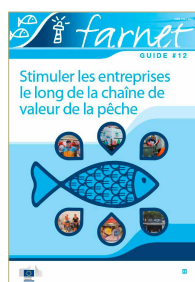
## Guia FARNET #14: Integrar a aquicultura nas comunidades locais

Apoiar os Grupos de Ação Local nas Pescas que pretendem melhorar as ligações entre aquicultores e outros intervenientes nos seus territórios numa tentativa de promover a aceitação pela sociedade e a perceção dos consumidores em relação à aquicultura, mantendo igualmente presente e dando resposta à grande diversidade do setor da aquicultura.



## Guia FARNET #13: Inclusão social de comunidades piscatórias dinâmicas

Ajudar os Grupos de Ação Local nas Pescas a identificar os diferentes tipos de questões em matéria de inclusão social, oferecendo recomendações e conselhos sobre o modo como os Grupos de Ação Local nas Pescas podem dar resposta a estas questões e encontrar soluções nas suas regiões.



## Guia FARNET #12: Impulsionar as empresas em toda a cadeia de valor da pesca

Incentivar os Grupos de Ação Local nas Pescas a reforçar as cadeias de valor nas suas regiões e a assegurar-se de que as empresas locais, e nomeadamente os pescadores e os aquicultores locais, conquistam uma parte tão importante quanto possível desse valor.



## Guia FARNET #11: Desenvolvimento Local de Base Comunitária centrado nos resultados nas zonas de pesca

Fornecer aos Grupos de Ação Local nas Pescas as ferramentas para reforçar a ênfase nos resultados através da conceção e aplicação das suas estratégias de desenvolvimento local.